

---

## 026ª SESSÃO ORDINÁRIA 08ABR2015

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos. Quero registrar que a Câmara está recebendo, neste momento, lideranças da Restinga, do movimento “Tinga, teu povo te ama!”, que estão conosco na tarde de hoje trazendo uma carta pública aos Vereadores. Como nós já havíamos falado aqui, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, nas sessões da Câmara, é um movimento cultural em defesa da manutenção da escola de samba no mesmo local; um movimento que já ocupou a tribuna desta Câmara, que originou um projeto de nossa autoria, Ver. Bernardino, que também conhece um pouco da pauta. Conforme conversávamos na segunda-feira, é um projeto que tomba a Escola Estado Maior da Restinga e que, ao mesmo tempo, faz um debate sobre o papel da Prefeitura.

Na quinta-feira, o Prefeito Fortunati ouviu as lideranças da comunidade, e essa é uma luta histórica, Ver. Delegado Cleiton, pela manutenção cultural de um espaço que foi forjado pela luta, pela cultura, pelo suor e pelo sangue do povo da nossa Cidade, do povo da Restinga, que já sofreu um processo de higienização social, quando da transferência do povo pobre e negro para a Restinga sem nenhuma estrutura. Agora, vemos um movimento muito parecido, de querer tirar a escola do seu local nobre, construída com a luta das lideranças comunitárias, e levar para um lugar longínquo que não representa a totalidade do bairro e que não está bem localizado. Pior é a ideia de que a Prefeitura possa funcionar como uma imobiliária, vendendo uma área nobre da nossa Cidade. Nós não aceitamos essas premissas – vocês conhecem muito bem a Bancada do PSOL – em nenhum dos anos em que a Prefeitura vendeu terrenos públicos. Nesse caso, além da defesa de um terreno público em área nobre do bairro Restinga, esse terreno é dotado de identidade cultural, constituindo, ao longo dos anos, um espaço do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento do samba e, ao mesmo tempo, de identidade de um povo com a sua escola.

---

Então quero dizer às Vereadoras e aos Vereadores que a comissão está aqui com o seu material de entrega. O Aldo Ribeiro e a Cristiane estão aqui conosco, entregando e, ao mesmo tempo, conversando com os Vereadores sobre essa posição muito importante, que, na verdade, foi expressa na reunião, quinta-feira, com dezenas de representações de várias associações de longa data e de muita história no bairro Restinga. Nós sabemos que o povo só conquistou os equipamentos culturais, públicos, educacionais a partir da mobilização. E muitas dessas lideranças, que há 30 anos lutam pelo bairro Restinga, estão envolvidas na luta contra a venda do terreno da escola de samba.

Em segundo lugar, quero dizer – o Ver. Kevin, inclusive, estava conosco na reunião de quinta-feira – que nós estamos na luta contra um verdadeiro acinte que está para ser votado hoje no Congresso Nacional. É uma vergonha que queiram rasgar a CLT permitindo a terceirização de todas as atividades-fim das empresas públicas e privadas. Na verdade, é mais uma forma de massacrar os trabalhadores brasileiros retirando uma série de benefícios que estão previstos na CLT, que foram constituídos com a luta do nosso povo e que agora podem ser rasgados numa votação em regime de urgência, sem democracia; por outro lado, de forma açodada, para atender os interesses da elite econômica do País, que segue querendo massacrar o povo trabalhador. Esse projeto, na verdade, é um atentado aos direitos trabalhistas e significará mais informalidade, mais precarização, mais burla dos direitos trabalhistas. Todos nós sabemos de vários casos que acontecem cotidianamente com as empresas terceirizadas, que já podem exercer a terceirização nas atividades meio, muito embora nós combatamos a terceirização em qualquer esfera. Peguemos o exemplo das terceirizadas do Município – da SMED, da merenda – que ficaram com o salário atrasado durante meses e meses. E também tiveram seus direitos trabalhistas cortados, com o parcelamento do vale-refeição, do vale-transporte, que são direitos das nossas trabalhadoras, dos nossos trabalhadores, com férias atrasadas, com uma série de burla dos direitos estabelecidos. Sem contar que o Município paga os contratos com o valor muito superior ao que os trabalhadores recebem na ponta. Então é uma combinação de baixos salários, de burla aos direitos trabalhistas. Nós precisamos combater e denunciar essa lógica de retirada do direito dos trabalhadores. E mais, Presidente Mauro Pinheiro: precisamos combater o uso da força policial utilizada para atacar e agredir os trabalhadores que lutavam ontem em Brasília contra essa retirada de direitos. Isso é inaceitável! Nós, do PSOL, usamos a tribuna na

---

pág. 2

---

tarde de hoje para dizer que apoiamos a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do nosso País que se mobilizam neste momento contra o projeto de lei que legaliza a terceirização em qualquer esfera das empresas privadas ou públicas. Por outro lado, apoiamos a mobilização como método de derrotar projetos que acabam com os direitos dos trabalhadores e da juventude.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Presidente, eu gostaria que V. Exa. pudesse atender à representação da Restinga, porque parece-me que, em relação a esse assunto, a Câmara de Vereadores deve se inteirar com mais profundidade.

Antes de começar esta fala, Presidente, quero dizer que, nos últimos tempos, esta Casa tem sido testemunha de desentendimentos entre alguns colegas: acusações, palavras que, no dia a dia, tenho certeza, os colegas não diriam um ao outro, mas na emoção acabam pronunciando. E já estamos sabendo que vão parar lá no Judiciário, o que não é recomendável.

Eu e o Ver. Dr. Thiago protocolamos um projeto buscando justiça para esta Casa. O que diz o projeto, senhoras e senhores? Que o Executivo não pode ter preferência sobre os projetos dos Vereadores. Para exemplificar: quando um Vereador protocola um projeto, outro colega não pode protocolar projeto de mesma matéria. Se assim o faz, é julgado com prejudicialidade porque há um outro projeto de mesma natureza tramitando. Nesta linha, o que diz o nosso Regimento hoje? Que para o Executivo não acontece, para o Executivo há tratamento preferencial; o que nós queremos tirar. Nós queremos tratamento igual, que os projetos do Executivo tenham o mesmo tratamento dos projetos dos Vereadores. Então, volto a dizer: já aconteceu aqui, aconteceu na semana passada, aconteceu comigo, aconteceu com outros Vereadores, não só da oposição, como também da base. Enfim, acontece com todos os Vereadores da Casa. O Executivo encaminha projetos com matérias que já estão sendo tratadas por esta Casa, projetos de autoria de Vereadores, passando como uma patrula por cima dos Vereadores. Nós queremos

---

tratamento de igualdade. Se há projeto de mesma matéria de autoria de Vereadores, o Executivo tem que respeitar. O Executivo não pode mandar um projeto para cá, e esse projeto ser tratado com preferência, esquecendo, menosprezando, diminuindo a capacidade e a competência desta Casa.

Eu quero dizer aos senhores e às senhoras da Comissão de Constituição e Justiça que eu muito aprendi lá – passei uns cinco, seis anos na nossa CCJ – e sempre procurei respeitar prazos. Agora, chamou-me a atenção que o projeto está desde novembro do ano passado, depois foi novamente encaminhado à CCJ na abertura do ano, e está desde janeiro, vamos dizer assim, aguardando um parecer! E, para protestar, eu não vou nominar o colega autor, não vou! Nós já estamos discutindo muito, eu não quero levar a discussão para outro lado! Agora, isto aqui é simbólico, isto aqui é um banco! (Mostra banco.) Não sentem em cima de projetos de colegas! Para tudo há tolerância. Isto aqui é um banco! É um protesto que faço para que tenhamos o mínimo de consideração um com o outro. Pedir vista é regimental! Ter uma dificuldade é possível! Agora, não sentem em cima do projeto do colega, Ver. Dr. Thiago – nós somos autores desse projeto. É um projeto para Casa, é um projeto para dar igualdade de condições aos Parlamentares.

Eu não sei de onde o Executivo tira isto, colocaram no nosso Regimento que projeto do Executivo tem preferência! Pode vir abarcar o projeto, o assunto de autoria dos Vereadores ou Vereadoras, e nada pode ser feito?! Mas como?! Então, não somos independentes? Onde está a independência dos Poderes? Onde está a compreensão? Vejam que isso tem acontecido não só com projetos, não importa se é de oposição ou de situação. Ou eu, que ainda não tenho um lado definido? E não quero ter, porque quero ter compromisso com coisas pontuais. Isso é um direito meu! Então, eu não sou da oposição. Aliás, tenho votado mais com o Governo. Agora, parece-me que alguém do Governo fez uma recomendação para um prezado colega dizendo: “Olha, segura aí, vamos tentar matar à míngua”. Não, olhem aqui: isto é um banco, não sentem em cima dos nossos projetos, prezadíssimos colegas. Faço, com o maior respeito, usando a simbologia do banco para fugir daquelas agressões que têm ocorrido aqui, contra as quais também quero protestar. Nós não podemos discutir semanalmente. Temos visto discussões pesadas que não levam a nada, que só denigrem a imagem da Casa. E vão discutir no Judiciário, mas como assim? Será que nós não somos capazes de resolver os nossos problemas? Prezado Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero receber aqui, em nome da nossa bancada, minha e do Ver. Maroni, com muito carinho, os companheiros e as companheiras, diligentes e participantes da Tinga. Nossa querida Tinga, teu povo te ama. E quero dizer a vocês que a Bancada do PCdoB está junto com vocês nesse processo para garantir algo que é patrimônio cultural do povo da Restinga. Então podem contar conosco sempre.

E eu quero, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, dizer como a Bancada do Partido Comunista do Brasil, na Câmara Federal, adianta o seu voto contrário a essa lei, que é uma facada nas costas na luta, no coração, no suor e no sangue dos trabalhadores brasileiros, que é a Lei nº 4.330. O capitalismo faz as mazelas, oprime, explora e não resolve as suas mazelas, a não ser por conta de tirar direito dos trabalhadores. E nessa fase de ajuste neoliberal, aliado ao Congresso Nacional retrógrado – é um retrocesso esse Congresso para a Nação brasileira –, está encaminhando a aprovação disso. Ontem encaminhou a urgência e, hoje, esse projeto vai para votação. Ele significa o fim de históricas lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras – de anos e anos, desta Nação - pelos direitos trabalhistas, pela previdência, pela assistência. Legaliza a terceirização, ou seja, legaliza a privatização dos explorados no mundo do trabalho, que são aqueles que constroem uma Nação. É o fim da CLT! Contra o excesso de segurança, contra o excesso dos trabalhadores, mais uma demonstração de atraso desse Parlamento nacional.

Nós, da nossa bancada, por meio da nossa líder, Dep. Jandira Feghali, já adiantamos: o PCdoB vota contra esse projeto. A bancada diz que essa é uma proposta de votar contra, em apoio e junto com os movimentos sindicais e sociais, que veem, nessa proposta, aquilo que eu falava: uma ameaça aos direitos trabalhistas. O nosso partido PCdoB já fez o seu debate, já tomou uma posição clara, nós somos contrários ao conteúdo desse projeto de terceirização ampla e generalizada do mundo do trabalho. Esse projeto significa a não regulação do mundo do trabalho, que vai para a terceirização, em seguida, vai para a quarteirização. Essa regulação é a desregulação do mercado de trabalho, é a

---

perda de direitos, é a fragmentação daquilo que representa o legislado sobre o contratado. Esse projeto é uma violência contra os direitos dos trabalhadores, contra a regulação do mercado. Então, Srs. Vereadores, para nós é uma tentativa de superar, inclusive, os empecilhos colocados pelo Tribunal Superior do Trabalho! Não somos nós que estamos dizendo, foi o Tribunal Superior do Trabalho que vedou a utilização de contratação de trabalhadores terceirizados para atividades-fim de empresas contratantes. Imaginem a área da saúde, a área da educação terceirizada! Imaginemos isso! Todos os ministros dizem que essa lei será do Tribunal Superior do Trabalho, que essa lei será de extremo prejuízo para a regulação do trabalho e legislação trabalhista. E o argumento desses deputados é uma falácia. O argumento é de modernizar as empresas. A que custo? Na prática, isso vai permitir a diminuição de custos aos patrões, a partir da exploração de uma mão de obra indireta. Mais do que isso, os empregados das empresas terceirizadas já são aqueles que têm menos benefícios, salários mais baixos, piores condições de trabalhos, contratos temporários, em tempo parcial, longas jornadas, maior vulnerabilidade, acidentes e doenças do mundo do trabalho e até contratos informais, que burlam a legislação trabalhista para dar lucro para as empresas, e deixam os trabalhadores na mão quando mais precisam de amparo.

A nossa Bancada do PCdoB concorda com a avaliação dos sindicalistas, no sentido de que o aumento da rotatividade do trabalho terá vazão na terceirização generalizada, que vai ampliar o número de trabalhadores em busca de seguro-desemprego. Isso vai agravar muito mais os efeitos sociais das restrições ao acesso a esse direito, que foram impostas pelas próprias medidas de ajuste fiscal, propostas pelo governo, como já dissemos nesta tribuna. Nós somos contra este ajuste fiscal e queremos que a Presidente Dilma sente para articular com os trabalhadores e empresas nacionais que produzem a questão do ajuste fiscal, porque, senão, os maiores prejudicados serão os trabalhadores.

Por fim, a exemplo das Centrais Sindicais, o nosso partido defende que a obrigação deve ser solidária para assegurar o cumprimento dos direitos dos empregados contratados e, inclusive, impor uma fiscalização mais efetiva por parte do contratante, mas admitimos que este projeto não estabelece adequados níveis de proteção aos trabalhadores contra o calote das empresas de terceirização. Eu lembro, Fernanda, quantas vezes o pessoal terceirizado vinha aqui solicitar a nossa intervenção porque as empresas demoravam 15 dias, um mês, sem pagar, botando dinheiro em banco para ter renda e não pagando os

---

trabalhadores, além de explorá-los... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D’Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. NEREU D’AVILA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes, em primeiro lugar, em nome da Bancada do PDT, quero traduzir a nossa satisfação e a nossa solidariedade ao pessoal da Restinga, na sua luta com relação à questão da escola de samba. Inclusive saudamos o César Ribeiro, Presidente do Movimento Negro, do PDT, que aqui está, lemos o manifesto e estamos evidentemente solidários. O que pudermos fazer, amigo e Presidente Ribeiro, faremos. O que me traz à tribuna é a matéria do jornal Zero Hora do dia 31 de março: “Um parque à espera de luz” – matéria a respeito do Parque da Redenção. Aliás, duas folhas, com as manchetes: “Detenções em plena tarde” e “O lado escuro da Redenção”. Ficamos estarecidos com as declarações do delegado Abílio Pereira – aliás, grande delegado da 10ª Delegacia de Polícia, figura exponencial da segurança –, na página 29, (Lê.): “A situação da Redenção levou o delegado que cuida da região a um desabafo. Há 35 anos na função, o titular da 10ª Delegacia da Polícia Civil (DP), Abílio Pereira, diz estar muito ‘pessimista’ diante do prende e solta de bandidos. [Vejam o que o delegado disse.] “A Redenção é onde tem mais assaltante e vagabundo por quilômetro quadrado em todo o Estado brasileiro. Está fora do controle. Nunca me senti tão impotente em toda a minha vida”. Continua a reportagem: “A 10ª DP registra cerca de cem ocorrências todo mês na Redenção — são mais de três por dia. No entanto, há quem sequer registre os incidentes. Por isso, o número deve ser pelo menos 50% maior, calcula o delegado”. E ainda tem gente que não quer cercar o Parque da Redenção! Muito bem fez o Ver. Vendruscolo – a quem saúdo –, num artigo recente, no Jornal do Comércio, defendendo o cercamento da Redenção. E mais: a matéria do jornal Zero Hora diz que (Lê.): “A moda mais recente é roubar telefone celular de quem corre no entorno da Redenção, principalmente às margens da Avenida João Pessoa. (...) A Redenção começou 2015 sendo palco do estupro de uma jovem à luz do dia, em 10 de março, do assassinato de um homem,

---

pág. 7

---

encontrado enforcado em fevereiro, de depredações e de incêndios inexplicáveis de palmeiras e de uma banca de alimentação”. E, no ano passado, uma pessoa tinha sido esfaqueada e está inválida até hoje – graças a Deus, o bandido está preso. Depois dessas matérias, houve um editorial da Zero Hora intitulado “Parques de alto risco”. Então, não há como fugir do que todos os parques do mundo têm feito, a partir de São Paulo, com o Ibirapuera; no Rio de Janeiro, com o Parque Guinle; em Brasília, um parque muito parecido com o da Redenção; em Goiânia; saindo do País, eu conheço o de Madrid, Parque de Hierro, maravilhoso, todos cercados! Todos! Por que todo o mundo cerca parques? Pelo simples fato da segurança, e Porto Alegre não tem mais como fugir disso; não tem mais como fugir disso! Como eu também acho que matéria de tamanha relevância deve ser atribuída a toda a população, porque toda ela frequenta o parque, o nosso projeto de cercamento está na Casa há mais de 25 anos, mas, agora, o nosso último projeto prevê que o Tribunal, no ano que vem, juntamente com as eleições, consulte a população como consultou sobre o Pontal do Estaleiro, como consultou sobre a questão de usar ou não armas, do desarmamento. Por que não dizermos, nós todos, se queremos ou não o cercamento? É democrático, todos se manifestam. Respeito quem é contra, evidentemente. É uma situação muito importante, são cidadãos, o próprio Presidente da Associação dos Freqüentadores da José Bonifácio é contrário, eu respeito sua opinião. Tudo bem: não há melhor democracia que a manifestação popular. Todos dirão: “Queremos!” ou “Não queremos!”. Se não querem, a população falou, está dito. Tudo bem, vamos ver alternativas. Hoje o Secretário de Obras, Mauro Zacher, disse que estão botando mais iluminação no Parque Marinha do Brasil, nos parques em geral e, também, na Redenção. É claro que lá tem o problema de que muita luz prejudica o ecossistema das árvores, mas tudo isso são questões secundárias, o principal é que o parque precisa ser tutelado. E não vão ser grades, pois se referem a grades como se fossem ficar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero dizer que, se fosse o caso de cercamento, seriam feitos projetos arquitetônicos. Na minha concepção, os quatro lados teriam portões, mas, aí sim, teria horário – o de Brasília tem horário –, sem pagamento, evidentemente, de graça, enfim, uma série de situações para regulamentar e dar segurança, que é, infelizmente, do que hoje o parque está necessitando. Muito obrigado, Presidente.



(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Eu pedi este tempo ao meu colega Reginaldo Pujol e quero agradecer pela amplitude e pela forma como tu trata a política sempre, Pujol. É da mesma maneira que eu acredito na política. Lamentavelmente, a política é feita em torno de vaidades, e, muitas vezes, isso se acentua a ponto de as pessoas não permitirem o diferente. Governo ou não governo têm diversas opiniões, e isso é fundamental. Ver. Bernardino, eu me assemelho a ti na opinião do que acredito na política: o que é fundamental, entre tudo, é que a política seja feita da forma mais qualificada e mais honesta e transparente que cada um possa apresentar. Hoje, infelizmente, tem gente que se esconde em partidos ou siglas e acha que por isso está a salvo do contraditório. A verdade é que a política tem demonstrado o que a população, muitas vezes, comenta, Jakubaszko, que há pessoas boas e pessoas com intenções as mais diversas nas mais diversas agremiações. Eu sou contra a dicotomia que acredita, por exemplo, que todos os colorados são do bem e todos os gremistas não; ou todas as pessoas que moram em Alvorada são inteligentes, e todos que moram em Gravataí são alegres. Isso não há, assim como não há um partido ou um governo que acoberte só pessoas de uma forma, ou acima do bem e do mal.

Mas eu queria falar, basicamente, sobre duas coisas. Primeiro, com relação a isso que eu estava dizendo – eu queria fazer uma saudação especial, como sempre, aos funcionários da Câmara, aos demais Vereadores, ao público que está nos assistindo em casa e ao pessoal da Restinga que está aqui... Tem gente que acha que depende do Parlamento ou de uma eleição para começar a fazer política. Lamentavelmente. Essas pessoas que acreditam nisso, normalmente, fazem da política um palco de vaidade, um palco de Cinderela, um palco de espelho para se autoproclamarem e se autoembelezarem. Tem muita gente fora do Parlamento fazendo mais política do que aqui dentro, ou dentro de outros Parlamentos, tanto no movimento social quanto nas mais diversas entidades. Vocês, que têm uma entidade organizada desde 1995, são exemplo disso. Estava lá o grupo reunido, numa terça à noite, para discutir política.

---

Ontem eu fui ao Lar Santo Antônio dos Excepcionais. Eu convido todas as pessoas frustradas ou que estão de mal com a vida, pessoas que gostam de criticar, Mônica – e não estou me referindo a ti, porque te acho uma pessoa absolutamente agradável, e tu sabes disso –, mas quero te dizer que aquelas pessoas em que tu vêes um olhar triste, um olhar que não enxerga, um olhar que não solta um sorriso, essas pessoas não percebem que a gente tem finitude, Jakubaszko, e não percebem que essa vida é muito breve, muito rápida. E o que a gente leva dela? A gente tem que utilizar este espaço da política, Nedel, para fazer, Villela, como tu fizeste: ontem, quando fui lá, tinha o teu quadro lá, e eles quase te canonizam como um ser celestial. Tanto que a Dona Bernadeti, Presidente do Lar Santo Antônio, disse que o Villela os enxerga como um pedacinho do céu. E tem um quadro bem na entrada de uma entidade das mais emocionantes que eu conheci na minha vida, que existe há 35 anos. Lá, cada indivíduo da limpeza, que limpa cocô de uma criança, cada indivíduo, Villela, que faz um trabalho de saúde – fisioterapeuta, psicólogo – é mais Vereador que muitos Vereadores que a gente enxerga aqui; é muito mais Deputado do que muitos Deputados que há por aí. E eles têm um carinho, como eu tenho por ti, Villela, porque eu fiz a mesma saudação e tu sabes disso, porque lá é um espaço de seres superiores, de seres que mostram que a vida tem finitude, e que a superioridade não está na vaidade, mas está na alegria que se tem de viver. Crianças que, dentro de espaços, de camas que, muitas vezes, parecem jaulas, porque eles não podem se jogar para fora e quebrar a perna, têm os mais diversos tipos de lesão cerebral se contorcem, um pé, um braço fora do lugar. E tu passas a mão, Jakubaszko, na cabeça da criança, e ela te abre um sorriso que eu não vejo na cara de muitos Vereadores aqui. Há muitos Vereadores que têm – parece – uma tristeza profunda em viver. Eu quero convidar esses Vereadores, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, a irem lá no Lar Santo Antonio para a gente poder voltar a sorrir, poder se enxergar como pessoa, como ser humano, Tarciso.

Casartelli, que é um Vereador sorridente, nós não precisamos ter amargura para fazer política, não precisamos combater ninguém para fazer política; nós podemos acreditar que a política pode ser feita através do lado positivo, as crianças nos ensinam Villela, numa creche, que dá para fazer trabalho em grupo como criança, e tu não precisas ser contrário ao outro, Pujol. Elas conseguem, com giz de cera, compartilhar uma capa de trabalho. E eu vejo muitos adultos que não têm a capacidade que uma criança tem. Eu vejo que muitos adultos, infelizmente, são consumidos por uma realidade que não existe e

---

perdem o senso psicológico de viver em harmonia, porque é muito breve, e de colaborar com a Cidade de fato, de colaborar com as pessoas, de colaborar com os animais, se preocupando com que a política chegue, com que a política chegue e que nós, em grupo... Porque ninguém é melhor que ninguém, engana-se aquele que acha que porque é Vereador é maior do que alguém, engana-se aquele que acha que qualquer *status* - Ver. Villela, e tu já tiveste todos eles e não perdeste a humildade, por isso, eu te admiro... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...engana-se, porque um estagiário, uma pessoa que faz um trabalho de limpeza pode ter uma ideia muito melhor do que um Vereador e um olhar muito mais elaborado, Ver. Villela, do que um Vereador sobre determinado assunto. E essa pessoa tem que ser respeitada, pode ser levada em consideração e trazer um projeto para esta Câmara que pode ser fundamental para a Cidade.

Então, Jakubaszko, mais do que qualquer coisa, fazer política é saber que a gente é igual e que ninguém é inteligente mais do que ninguém, ninguém é mais sensível do que ninguém. As pessoas têm oportunidades diferentes, mas nós, na essência, somos todos iguais e o que nos prova é a nossa finitude, Ver. Pujol, e, por isso, eu tenho um carinho por ti, por tu respeitares e eu saber que tu tens uma opinião parecida com a minha. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiramente quero me dirigir ao Ver. Marcelo Sgarbossa e à Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna para agradecer este tempo de Liderança de oposição, que é onde a Bancada do PCdoB se situa.

Gostaria de fazer uma análise em função de toda atenção que prestei, neste momento, ao pronunciamento do meu colega Rodrigo Maroni, por quem tenho o maior respeito, e recebi e continuo recebendo com todo o carinho, respeito que ele merece, numa parceria que considero estratégica num momento como este, não só de Porto Alegre, mas da Nação brasileira. No entanto, como Líder do PCdoB e dirigente municipal e estadual do

---

meu partido, não posso deixar de vir a esta tribuna e alertar o meu querido colega. O Partido Comunista do Brasil é oposição nesta Casa, mas ele é oposição e articula amplamente neste plenário, articula amplamente com o Governo, para buscar uma gestão democrática que beneficie a população através de políticas públicas, muitas do Governo e muitas nossas aqui, que eu acho que estamos deixando de aprovar por questões que, inclusive, vou falar no final do meu pronunciamento. O que nos interessa é, de um lado, ter postura política de oposição, mas com essa articulação ampla que é necessária, porque, ao fim e ao cabo, é para o povo de Porto Alegre que nós temos que contribuir para levar adiante essas políticas.

Temos posição e projeto diferente do Governo! Temos! Tivemos candidaturas numa articulação política ampla, diferente da do Governo Fortunati, mas nem por isso estamos fazendo uma oposição que possa ser considerada irresponsável ou com alguma vaidade, ou não permitir o diferente; pelo contrário, articulo com meus colegas dos mais variados partidos.

Como nós fizemos: nós hoje estamos com o Prometa na Ordem do Dia, que esta Vereadora desarquivou no primeiro ano do seu mandato. Esse projeto é do Vereador, hoje Vice-Prefeito, Sebastião Melo! Ele esteve aqui, nós o chamamos, fizemos um ato aqui nesta Casa, em pleno momento do Fórum Social Mundial, com Oded Grajew e com o Melo para desarquivar esse Prometa, porque o Prometa é importante para a cidade de Porto Alegre. Mas quando tem que haver oposição, nós temos lado; essa é a postura do PCdoB, não aceitando, por exemplo, a meritocracia do projeto da Fazenda – o que está ocorrendo com o projeto da Fazenda é uma meritocracia – ou não fortalecer o Legislativo, quando o Legislativo foi o primeiro a colocar, por exemplo, o projeto do Ver. Sgarbossa, a questão do transporte dos animais! Então o *manu militari* entrou nesta Casa, e não pôde ser aprovado o projeto que era prioritário, porque foi antes do Governo e praticamente igual! E aí nós não nos rendemos a nenhuma vaidade; pelo contrário – eu acho; eu, Jussara Cony, do PCdoB, dirigente, Líder nesta Casa –, por necessidade histórica, por decisão do meu partido, acho que a vaidade está no Executivo, porque um Prefeito que desrespeita partido se colocando como algo à parte, quando sempre foi eleito pelos seus partidos! Num momento como este, nós temos que defender os partidos, defender. Eu tenho divergências com os meus colegas aqui, as mais variadas, de campos opostos. Eu pego como exemplo a Mônica e eu: quando que não conseguimos trabalhar

---

---

juntas e com outras Vereadoras quando se trata, por exemplo, das questões das mulheres Vereadoras? Então, não dá para se colocar à parte, porque até foi eleito, e eu acho que desrespeitou os seus partidos e desrespeita os Poderes, como tem desrespeitado o Legislativo – os vetos foram uma questão concreta. Então, se a gente faz política, a política tem o contraditório, mas a política é feita através de projetos pelos quais nós nos elegemos e de projetos partidários! Então daquele projeto partidário que me elegeu, eu posso discordar num nível de debate e de direção, mas venceu a maioria, eu vou logo atender esse projeto; eu me criei assim, me criei assim dentro do Partido Comunista, com meu avô, com o meu pai, com a minha tia, com a minha mãe, e tive a direção de um homem como João Amazonas, de uma mulher como Elza Monnerat, tenho responsabilidade. Responsabilidade, aqui, não se trata de vaidade nem de disputa, mas se trata de princípios partidários que são estratégicos para que nós possamos cumprir o nosso papel, seja de situação, seja de oposição, e uma oposição como eu tenho feito nesta Casa: respeitosa, consciente, uma oposição que colabora, uma oposição que dialoga, uma oposição que leva os seus princípios e a sua postura e dialoga em mesa de negociação.

Presido a Frente Parlamentar em defesa dos servidores do serviço público. Vários Vereadores participaram do processo – o Janta, o Ferronato, Líder do Governo, o Thiago, o Cleiton – com o Prefeito, no primeiro momento, e, através da Frente, ele recebeu os Vereadores, direcionou conquista para os trabalhadores e acabou com a greve, não se rendendo aos trabalhadores, nem o Prefeito, que teve a capacidade de entender aquela articulação que passava por esta Câmara.

Eu quero dizer a meus colegas que eu tenho por todos o maior respeito, ao meu colega Maroni... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Nós estamos vivendo um momento muito difícil da vida nacional. Não estou aqui para dar lição a ninguém. Quem sou eu! Eu sou uma militante da luta política, do movimento sindical, das lutas históricas contra a ditadura e, como militante, acho que esta Casa tem uma história belíssima. Nós estamos vivendo um momento muito difícil da Nação brasileira, e neste momento devemos ter pautas que nos unifiquem, muitas vezes até com o Prefeito, que tem uma esteira situada em centro-esquerda, mas parece que agora abandona por motivos pessoais, o que eu acho complicado, porque nós temos que colocar, quando somos agentes políticos, a política

---

pág. 13

---

concreta, revolucionária à frente, muitas vezes, de questões nossas, pessoais, que até deixamos de lado – isso é comum para todos nós – para podermos fazer o mandato aqui. Então é um momento difícil, às vezes se exacerbam certas questões, e eu acho que temos que tirar da impessoalidade e botar na política. O meu respeito a todos, porque trabalho com os homens e as mulheres desta Casa, inclusive com meu companheiro, com esse olhar, inclusive, de amorosidade, de respeito, de camaradagem, respeitando as diferenças, pautando naquilo que divirjo e acertando aquilo que podemos acertar, para o bem do povo de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje, realmente, esta Casa vive coisas atípicas. Primeiro, quero prestar e declarar a solidariedade do meu partido à comunidade da Restinga e dizer que, realmente, o teu povo te ama, Restinga, e não vai permitir que a tua escola seja sucateada, seja desapropriada por trocados e por promessas futuras. Se nada foi cumprido até agora, o que será cumprido no futuro? Aquela escola nasceu lá e foi criada pela comunidade que construiu aqueles alicerces, aqueles tijolos e que mantém a escola viva. Então eu acho que é lá que a escola tem que continuar, e nós vamos estar aqui, defendendo que a escola continue onde esteja, que seja investido onde a escola está, já que tem tanto dinheiro para ser investido assim, para melhorar a vida das pessoas da comunidade da Restinga.

Queria dizer que, hoje, vários colegas da imprensa têm ligado e me cobrado sobre a questão da votação da terceirização. Nós, aqui na Câmara, já vimos várias vezes que, quando há vontade do plenário, há vontade do Governo, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, não tem o que segure. E há uma determinação em reuniões de líderes, há uma determinação no Congresso Nacional de votar a questão da terceirização ainda esta semana. Nós estamos tentando salvar o que é possível. São 146 emendas neste projeto, e, com as quatro que nós apresentamos, totalizam 150 emendas. Nós

---

fizemos um acordo, as quatro emendas que apresentamos vão assegurar o direito dos trabalhadores.

O grande problema da terceirização é a garantia do direito dos trabalhadores. Hoje em dia, a gente fala muito que as empresas terceirizam, e terceirizam mesmo, lá na ponta, no serviço de portaria, no serviço de limpeza – aqui mesmo, nesta Casa, o serviço de limpeza é terceirizado. A gente vê terceirização em vários setores. Agora, nos últimos 20 anos ou 30 anos – pode-se dizer isso –, ninguém terceirizou mais do que o Governo, que não tem feito concurso público. Dou o exemplo da Superintendência Regional do Trabalho, em que os números de fiscais são os mesmos de 20 anos atrás; porque não faz concurso público, fica terceirizando a atividade-fim.

Esta Casa votou uma moção, que nós entregamos em Brasília, contra a terceirização. Quando falamos sobre a terceirização, o que não pode terceirizar é a essência da empresa, o que a empresa faz, que é o que queriam com a Emenda nº 03: que cada trabalhador, dentro de uma empresa, tivesse um CNPJ; que cada trabalhador, quando fosse trabalhar, emitisse a sua nota fiscal; que, nesta Casa, cada um dos funcionários que trabalha nos gabinetes dos Vereadores tivesse um CNPJ e desse uma notinha no final do mês. É esse o grande projeto que nós estamos combatendo lá em Brasília. A terceirização é boa, quando é com controle, quando é retido na empresa – temos uma emenda sobre isso – o Fundo de Garantia, o 13º salário, as férias, os direitos dos trabalhadores. Aí a terceirização é boa! Agora, quando terceirizam, deixam os trabalhadores sem receber o seu 13º salário, as férias, sem nada, aí é ruim para quem terceirizou, porque ele é parte. É isso que querem acabar, querem deixar de ser parte, querem, simplesmente, escravizar quando falam em terceirizar! E nós não vamos permitir que os trabalhadores brasileiros sejam escravizados!

Por isso, apresentamos quatro emendas e votamos hoje no projeto porque vemos que vai ser aprovado. Nós negociamos com os partidos, com o Governo quatro emendas que garantem que prevalecerá o sindicato-mãe, a convenção coletiva do sindicato-mãe, a convenção coletiva dos trabalhadores. Não tem mais isso de terceirizar e não pagar o salário dos trabalhadores, ou pagar o que quiserem. Não tem mais isso! Vai ter que cumprir a convenção. Não tem mais isso de montar a empresa, prestar o serviço; daqui a pouco, somem com a empresa, e os trabalhadores ficam sem seus direitos! Vemos isso acontecer em vários setores, principalmente no setor público. As empresas entram no

---

setor de vigilância, asseio e conservação, transporte, prestam o serviço e, quando está perto de terminar o contrato, veem que não vão renovar, simplesmente somem com o dinheiro dos trabalhadores, sequer quitando um mês de trabalho deles. Por isso, vamos aprovar essas quatro emendas ao projeto que está no Congresso Nacional que garantem o direito dos trabalhadores.

Com certeza, esta Casa vai trazer e manter a dignidade da comunidade da Restinga que lutou para ter ônibus, asfalto, lotação, infraestrutura. Eles foram tirados do Centro e da Cidade Baixa, foram levados para a Restinga, onde só tinha barro, construíram aquela comunidade. A sua escola de samba vai ficar onde está se depender de nós. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, eu quero dizer que é com muita alegria e satisfação que venho a esta tribuna. Quando me inscrevi para os cinco minutos de Liderança do PSD, Sr. Presidente, quando comentamos sobre o Título Honorífico de Cidadão, Vossa Excelência, colorado, disse que dariam a mim, gremista, este título. Eu fico muito honrado e agradeço, por isso que eu amo Porto Alegre.

Mas eu quero cumprimentar o Ver. Maroni, quando ele fala da essência da nossa vida de Vereador, Deputado, Senador. Quando eu comecei, também, Maroni, eu andei muito nessas praças, assim como no Lar Santo Antônio, antes de ser político, em jogos beneficentes, arrecadar leite para crianças que não podem se alimentar, a não ser com papinhas. E a gente vê ali como nós somos insignificantes e fracos na terra. Isso me deixou muito emocionado, porque a gente vê que tem muita gente, muitos Vereadores, muitos Deputados que ainda pensam no seu semelhante. Isso é maravilhoso! E a minha luta continua dentro, como Vereador, porque conheço um pouco da cidade de Porto Alegre. Todos sabem que a minha bandeira são as crianças, não importa a cor, principalmente as crianças carentes, dando um caminho, um caminho de sonho, com



---

futuro para formar um cidadão lá na frente. Essa é a intenção, Ver. Pujol, deste Vereador, somente esta intenção.

E outra coisa que me preocupa muito é o preconceito racial. Antigamente era muito mais forte, e, como jogador de futebol, eu sofri muito preconceito racial. Dentro das palestras que faço nas escolinhas, procuro mostrar às crianças que nós não podemos ser raivosos com esses preconceitos, porque, senão, deixamos de caminhar. Caiu, machucou o joelho, limpa o sangue e segue em frente; só assim vamos caminhar e terminar com os preconceitos. Em 30, 40 mil pessoas, 10, 15 pessoas resolvem chamar: “Tarciso negrão; Tarciso isso; Tarciso aquilo...” Eu acho errado também o clube, uma instituição grande, pagar por isso aí. Eu acho que, com essas câmeras que estão sendo colocadas nas arenas, essas pessoas têm que ser responsabilizadas. Eu achei que esse tipo de preconceito terminaria, mas não terminou, pois teve o Tinga... Aproveito para cumprimentar o pessoal da Restinga, parabéns, um pessoal lutador e batalhador que conheço, conheço muita gente na Tinga, o Márcio Chagas, o Juiz. E agora – eu não sei muito bem como foi porque vejo muito pouco os jogos do Internacional – o Fabrício. Acho que chegou o momento, gente, de nós nos colocarmos como seres humanos. Chegou o momento de olharmos um para o outro como seres humanos e não buscar, primeiro, olhar o bolso dessa pessoa, quanto ele tem de dinheiro, a casa em que essa pessoa mora, a cor dessa pessoa. O que é a vida? O Maroni acabou de dizer que ela é muito rápida, muito passageira! Vamos tentar procurar viver aqui com alegria, com satisfação e com amor ao próximo. Só assim poderemos deixar alguma coisa aos nossos filhos e netos.

Então, Sr. Presidente, isso me aborrece muito, porque não há como lutar contra esse tipo de preconceito, não só o preconceito racial, mas outros preconceitos também. Parece que viemos aqui marcados para sofrer, parece que essa cor é uma tinta que nos passaram e nos marcaram. Isso é uma grande mentira, Ver. Janta. O que está aqui em cima, o que está dentro do bolso, onde moramos, isso não importa, o que importa é o que está dentro do coração de cada um de nós, o que importa é o que vamos deixar de lindo na face da Terra.

Então, Presidente, eu peço que essas pessoas comecem a refletir e pensar, porque isso machuca milhares de pessoas, machuca a família, os filhos, a esposa e, às vezes, a pessoa sai chorando, como eu vi o Fabrício sair chorando, porque ele ama, ele gosta daquilo que faz, que é jogar futebol, e quantas vezes eu o vi beijando o símbolo do

---

Internacional, quantos gols importantes. Será que esqueceram o que ele fez também?  
Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que nos dão o prazer de suas presenças e nos assistem pela TVCâmara, venho aqui em nome da minha Bancada do Partido dos Trabalhadores para usar esse período de Liderança e fazer uma reflexão com todos os nossos telespectadores sobre os cem dias do Governo Sartori – cem dias de Sartori, sem nada realizado. Quero trazer esse debate e essa análise porque a expectativa sobre quem se elege no primeiro turno, com uma votação magnífica, que promete realizar todas as transformações naquilo que criticou durante o processo eleitoral, nos cem dias de Governo, merece uma reflexão. E nesta Casa e nesta Capital, que é a sede do Governo e onde acontecem todas as ressonâncias políticas, eu posso começar aqui pelo tema da segurança. E eu não vi a Ver.<sup>a</sup> Mônica, que é uma grande debatedora do tema da segurança, vir aqui a esta tribuna fazer uma análise da segurança do Governo Sartori. Todos os jornais estamparam, no final de semana, cinco assaltos por dia aos bancos do Rio Grande do Sul. Onde está a segurança pública? Foram cortadas as horas extras da Brigada Militar, da Polícia Civil; retirados os recursos da infraestrutura; despotencializado o serviço da segurança; os concursados da Brigada Militar, bem como da Polícia Civil, aguardam para serem nomeados. E, na semana passada, na nossa querida comunidade da Restinga, na audiência pública que fizemos sobre os lotações, lá ouvimos a crítica, juntamente com o meu colega Ver. Delegado Cleiton, que a Delegacia da Restinga está atirada às traças por falta de estrutura e de suporte para que possam ajudar no trabalho de combate ao crime e na busca da inteligência dos fatos. E isso é um reflexo da Restinga para o Rio Grande do Sul. Além da desestruturação do serviço de segurança, que recebia uma crítica ferrenha aqui nesta tribuna todos os dias, bem como dos jornais do Rio Grande do Sul e dos opositores, há uma certa calma nas suas falas ou na análise dos cem dias do Governo Sartori sem nenhuma medida; cem dias do Sartori sem

---

---

nenhuma realização; cem dias do Sartori com o corte das verbas para a educação; cem dias do Sartori com o corte das verbas para a saúde! A educação no Rio Grande do Sul está nas mãos do Secretário do PDT, que defende não só o tempo integral, como também defende a ampliação dos recursos. Aqui em Porto Alegre, nós temos escolas que não iniciaram as aulas nesse período de cem dias do Governo Sartori.

Então, em nome da minha Bancada, registro que, amanhã, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, vai haver um grande expediente, um grande debate, no qual apresentaremos a análise crítica dos cem dias do Governo Sartori. Quero convidar todos os colegas Vereadores para fazerem parte desse debate amanhã, lá na Assembleia Legislativa. Sartori, cem dias sem realizações. Bom, tem um conjunto de indicativos, entre eles, há o indicativo do aumento dos impostos. Não foi uma eleição dizendo que não haveria aumento de impostos, que, inclusive, haveria a diminuição? É isso que está colocado nesse momento.

Eu quero me deter, prioritariamente, no tema da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul. Citei a Vereadora Mônica no início da fala, e gostaria de ouvi-la, aqui na tribuna, fazendo uma análise crítica ou análise real, porque a real terá que ser crítica ao Governo Sartori, nos seus cem dias. Principalmente pelo corte dos recursos para a Brigada Militar, corte das horas extras, corte da infraestrutura, na não nomeação dos concursados, no corte das horas extras para a Polícia Civil, no corte dos recursos para a investigação e no aumento do número dos assaltos e de crimes que têm acontecido. Vamos pegar, somente, o fim de semana, em que em cada dia houve cinco assaltos a banco e, em todos eles, por falta de segurança no Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, colegas Vereadores e Vereadoras, estamos aqui para ajudar, contribuir nesse debate e fazer com que o Governo Sartori saia da sua contradição e assuma um projeto para o Rio Grande, porque, até agora, o Sartori, nos cem dias, é um Governo sem projeto. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu queria dar solidariedade ao PT do Rio Grande do Sul pela “fritura” de um homem sério, que é o Pepe Vargas. O PT liquidou com o Pepe Vargas, um Deputado Federal. Então, a minha solidariedade, aqui.

Falar de cem dias do Governo Sartori – se eu quisesse dar alguma resposta, eu só abriria os braços. Querem cobrar o que em cem dias? Em cem dias, ele apenas respondeu ao que dizia na campanha: “O meu partido é o Rio Grande”. É o que ele tem feito, falando no Estado todo da situação do Rio Grande, não varrendo nada para debaixo do tapete e não largando casca de banana. Aliás, o DMLU, se fosse multar pelas cascas de banana que o Governo Tarso largou na frente para o pessoal pisar em cima, teria faturado uma fortuna, só de malandragem, de esperteza, de concursos, de aumentos para os funcionários públicos, para os outros pagarem. Isso chega às raias do mau-caratismo de um governo, mau-caratismo do Governo Tarso de fazer concurso, prometer e dar aumento, para pagar até 2018, achando que ia ficar no governo. Mas o Governo Tarso e o PT perderam duas vezes nesta eleição. A população do Rio Grande do Sul disse não ao PT em favor da Ana Amélia. O PT perdeu a eleição para a Ana Amélia. A Senadora ganhou do PT uma vez, mas, quando a população imaginou que poderia reverter, foi para o lado do Sartori e ganhou do PT de novo. O Rio Grande não votou só a favor do Sartori; o Rio Grande votou contra o Tarso Genro, votou contra o PT, votou contra a incapacidade, a incompetência e, muitas vezes, contra a má-fé de um governo que só se preocupava com a companheirada, que só administrava para os seus amiguinhos, esquecendo da população. O PT é assim.

E depois vem cobrar. Mas cobrar o quê? Fazer a mesma coisa que o Governo Lula fez? Um governo paralelo ao do Fernando Collor? E, hoje, está abraçado no Fernando Collor. Fazer um governo paralelo ao do Sarney? Hoje, é o conselheiro-mor do PT. Fazer um governo paralelo para desestabilizar, desde a época do Delfim Neto, e hoje vai correndo atrás do Delfim Neto para receber alguma luz, porque o PT não tem luz; o PT só vê a luz quadrada porque é acostumado com cadeia! A Direção do PT acostumou-se com cadeia, a ver o sol nascer quadrado. Então, não dá para cobrar nada de segurança pública! O PT está todo seguro porque grande parte da Direção do PT está na cadeia; estão seguros!

Agora, falar de segurança pública no Rio Grande do Sul? Nós todos queremos segurança, Vereadora Mônica! Todos queremos segurança! Mas não pode fazer segurança como

---

fazia o Tarso Genro, quando o segurança do Secretário e o segurança do bandido eram o mesmo! Vão cobrar o quê? Vão cobrar o quê? O PT ficou sem moral nenhuma para cobrar alguma coisa. O PT, o Governador Tarso Genro e os deputados do PT que tentam falar ao Rio Grande alguma coisa, mas as pessoas viram as costas – viram as costas! –, não querem ouvir mais! É muita mentira, é muita má-fé, é muita falta de ética.

Então, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, nós não precisaríamos nem fazer defesa do Governador Sartori; não precisa. É melhor não fazer nada a botar a mão no dinheiro público, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, V. Exa. que disse que não fez nada, mas não roubou. É muito melhor que continue assim do que fazer como o seu Governador fez, que gastou todo o dinheiro do Rio Grande em bobagem, em diárias, em viagens e em promessas incoseqüentes, e não compraram os helicópteros, como vocês compraram, pagando o dobro do que valiam, fazendo acordo com uma associação do Litoral, depois com outra associação e depois com outra OSCIP. Isso cheira a médico cubano que vocês são acostumados a fazer, a contratar gente para fazer campanha, e não deu certo também esses. Eu não sei mais o que o PT vai fazer.

Nos cem dias do Governo Sartori, nós fizemos uma grande coisa, sim: a honestidade está sendo espalhada pelo Rio Grande. E não tem maior feito, nos dias de hoje, do que ser um Governo honesto; o que o governo de vocês não foi e não está sendo em lugar nenhum do Brasil.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem aqui e pela TVCâmara, quero agradecer ao meu Líder Kevin Krieger, que me cedeu este espaço e, entre chocada e surpresa, vou responder ao Ver. Comassetto, que usou esta tribuna para discorrer sobre segurança pública, como se o rombo da segurança pública, o que está acontecendo no Estado não fosse responsabilidade do seu Governo, do Governador Tarso Genro! Por uma mágica, o Governador Sartori está tentando administrar o caixa zerado, o rombo que deixou o governo que passou. Ora, o ex-Governador Tarso Genro chegou ao cúmulo de

---

---

usar empréstimos para investimentos para pagar despesas e folha de pagamento! O PT deixou de tal forma as finanças do Estado do Rio Grande do Sul zeradas que nós estamos vivendo esse caos! Quem é que gostaria de ser Governador nessa situação? Eu? Garanto que não! Eu não seria de forma alguma, porque, para administrar um rombo, uma caixa zerada, nós sabemos muito bem que tem que fazer mágica.

Agora, Ver. Comassetto, eu fico muito impressionada com essa atitude sua e do seu Partido, que eu só posso atribuir a uma doença, que é não enxergar o que está acontecendo no País; o PT querer falar de cem dias do Governador Sartori quando nós estamos vendo o maior nível de corrupção que já houve instalado neste País! Ora, eu sou jornalista, senhores, eu sei muito bem que a notícia acontece em cima de fatos. Os fatos estão aí para todos assistirem, nós estamos lendo na mídia impressa, na mídia falada, por todos os lados que a corrupção avança, é a maior vista na história do Brasil até hoje! Não sou eu que resolvi subir aqui e dizer isso. Então, eu me admiro muito de o senhor querer falar sobre os cem dias do Governador Sartori, quando o senhor deveria explicar o que está acontecendo no Governo Federal! Eu fico, realmente, muito surpresa.

Por outro lado, eu também gostaria de lembrar aqui a questão da segurança pública: foi no Governo Tarso Genro que a Comissão de Segurança Urbana, da qual eu tenho a honra de fazer parte, fui Vice-Presidente, foi visitar a sede do Departamento de Criminalística, do IGP. Vocês sabem o que é? Departamento de Criminalística é aquele que elucida crimes, que decide se o cidadão é culpado ou inocente. Pois bem, essa sede estava completamente sucateada por falta de investimento do Governo Tarso. É uma pena que eu não tenha como colocar no painel para os senhores verem. (Mostra fotografias.) Eu tenho aqui estofamentos furados, goteira, fios... A fiação do Departamento de Criminalística mais parecia um varal de roupas; a porta do Departamento de Criminalística era uma só para 256 funcionários; a balística era algo completamente artesanal... O ar-condicionado, os aparelhos com goteiras, as pessoas correndo risco, isso eu vi, o povo viu, a imprensa mostrou. Esse é o investimento que o “Governador Comassetto” quer dizer que fizeram no governo passado. Não havia investimento nenhum! Tanto é verdade que o carro da primeira-dama foi roubado, o chefe da segurança do ex-Secretário era chefe de segurança de um traficante. Isso todo mundo viu! Ora, senhores, temos que ser responsáveis. Eu aprendi com meu pai, desde muito cedo, que a palavra empenhada, a palavra dita tem que ser com muita responsabilidade.

---

Não me venham subir a esta tribuna para querer atribuir o rombo do Estado a um Governador que está no comando por cem dias. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (15h47min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Apregoo o Memorando nº 007/15, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, informando que estará participando como palestrante da Frente Nacional de Prefeitos, no III Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável, no período de 7 a 9 de abril, em Brasília, sem ônus para a Câmara.

Em discussão o PLE nº 027/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas. Saúdo aqui meus colegas de Bancada do Partido dos Trabalhadores. Estamos numa segunda etapa da discussão que tomou a tarde toda, a Sessão toda de segunda-feira, referentemente ao projeto de transporte de animais. Bom, a história já está colocada; a Ver.<sup>a</sup> Sefora não estava, mas já está colocada nos registros toda a tramitação. O nosso projeto tramita desde abril de 2013, e o projeto do Executivo foi protocolado meses depois, tratando de mesma matéria. O do Executivo é uma lei ordinária, enquanto o nosso projeto é uma lei complementar, mas foi derrubado na Sessão passada. São idênticos os projetos, com o nosso derrubado, espero que seja aprovado, então, o projeto do Executivo. Por que eu digo que espero? Nós fizemos toda uma movimentação desde que protocolamos o projeto, procuramos o Executivo, o então Secretário dos Direitos dos Animais, pedimos o apoio, contávamos com o apoio na aprovação do nosso projeto. Não aconteceu. Ao contrário, chegou aqui um projeto de autoria do Executivo, e, aqui, o Ver. Bernardino Vendruscolo colocou a questão da prejudicialidade, que infelizmente não existe em relação aos projetos do Executivo.

Na Sessão de segunda-feira, Vereadores votaram contrariamente – eu tenho aqui o espelho de votação –, e eu concordaria, entendo como coerente, se esses Vereadores

---

continuarem com o voto contrário. Discordo da posição, acho que está mais do que na hora, a exemplo de muitas cidades e de outros países, de permitir que as pessoas carreguem seus pequenos animais no transporte coletivo, ainda mais com todas as modulações que fizemos no nosso projeto de lei – o animal dentro de uma caixinha e com até dez quilos. Também, com as emendas que apresentamos, dizendo da limitação dos horários, emenda protocolada pelo Ver. Janta, algo que já estava na nossa emenda, mas nós retiramos para que houvesse uma participação maior do Ver. Janta ao projeto. Também, com a questão de, se o animal emitir ruídos excessivos ou algum tipo de perturbação, ter que descer na parada seguinte, na mais próxima.

Pois bem, apesar dos dois projetos serem idênticos, 18 Vereadores aqui votaram contra o projeto. E eu estou curioso. Se são contrários a um projeto idêntico, deverão ser contrários também agora, mas não é o que parece. A nossa bancada votará a favor do projeto do Executivo, mesmo sabendo da discussão jurídica que surgirá. Por quê? Porque a proibição do transporte de animais consta no Código de Posturas de 1975, e lá diz que não se pode permitir transporte de animais no transporte coletivo. E, para revogar uma lei complementar, somente outra lei complementar. E nós fizemos isso baseados numa orientação da Diretoria Legislativa e baseados no fato de que existe uma lei complementar que trata, quero encontrar aqui, de toda questão de comercialização e transporte de animais. É ali, portanto, que tem que se tratar a questão dos animais no Município de Porto Alegre. Inclusive a Lei Complementar nº 611 disciplina isso, não pode haver duas leis sobre mesma matéria, tudo tem que estar sistematicamente reunido.

O Chefe do Executivo e a Mesa desta Câmara, no passado, protocolaram essa lei justamente para padronizar a legislação. Não podemos tratar de uma legislação que trata do mesmo tema de um ponto, e outra questão, de outro ponto. E agora o Executivo traz, aqui na Câmara, uma lei ordinária que não está mexendo na lei complementar que trata da comercialização, transporte e venda de animais, mas fazendo algo totalmente equivocado, na nossa opinião, criando um precedente muito perigoso.

Toda a Bancada do Democratas... O Ver. Rodrigo Maroni votou contrário, a Bancada do PDT... Eu não vou ler todos os nomes aqui, mas eu exigiria que, no mínimo, se justificassem, porque realmente não há sentido um projeto que tramita, idêntico a outro projeto, ser derrubado simplesmente por uma vontade da autoria, Ver.<sup>a</sup> Lourdes. Eu confesso que a então Secretária Regina Becker, com quem tenho relações e tinha



---

relações próximas... Estávamos num programa de rádio, há pouco, o Ver. Rodrigo estava lá, eu aguardo um pedido de desculpas. Eu acho que, na política, não se deve ter rancor; eu aguardo um pedido de desculpas, eu acho que ainda é possível, porque me parece que caberia aos Vereadores da base do Governo chegarem para o Executivo e dizerem: “Olha, neste caso aqui, não tem como!” Aliás, eu preparei as emendas e deixei para o Executivo apresentá-las, e nós comemoraríamos juntos esse projeto na segunda-feira, mas o Executivo não quis fazer emendas para não dar autoria.

Então eu peço a compreensão dos colegas. Faço isso dizendo que o projeto é meritório, é necessário, atende a uma demanda social, e eu votarei a favor.

**O Sr. Rodrigo Maroni:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Marcelo, repito o que eu falei na rádio para ti: tu tens o meu apreço, o meu carinho. Acho que tu és um dos Vereadores que melhores ideias têm, não só sobre os temas com que tu trabalhas, a questão específica da mobilidade urbana, como em geral. Muitos dos melhores projetos que eu vi nesta Câmara saíram do teu mandato.

Eu só quero questionar duas coisas, algo que eu já levantei, quero deixar registrado porque acho importante. Primeiro, acho que não há contradição no voto – estávamos conversando hoje ao meio-dia –, se o projeto do Executivo, como tu falas, é um projeto que tem problema, seria contraditório tu votares favoravelmente. Eu acho que essa é a primeira questão. A segunda questão, que eu levanto novamente, é que, como tu és uma pessoa desprovida de vaidade, tu também poderias ter retirado o teu projeto e permitido que o projeto da SEDA, do Executivo, fosse apresentado como projeto principal, e ele seria aprovado. E vocês, na segunda-feira, não teriam tirado o quórum, porque a gente sabe que é uma prática recorrente. Eu não estou aqui tirando a legitimidade, mas, se fosse para aprovar na segunda-feira, não precisaria ter se tirado o quorum.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Desculpe-me, Ver. Rodrigo, falei isto publicamente na rádio há pouco: acho a sua posição muito equivocada, um Vereador que pertence a um partido de oposição estar se dobrando de joelhos à vontade do Executivo. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Ver. Maroni, podemos ter relações pessoais, mas, politicamente, na segunda-feira, quando o senhor, que se diz defensor da causa animal, votou contrário ao

---

projeto por relações próximas..., bom, não me espanta, subiu aqui e falou em tempo de Liderança do Governo. Politicamente, eu não diria que é altamente questionável; eu diria como falei há pouco na rádio: repugnante, repugnante politicamente por não ter um norte, por estar ao sabor do vento e das conveniências mais baixas da política. É como o senhor sempre diz, continuaremos a ter relações pessoais muito boas, pessoalmente, muito bem, mas politicamente o equívoco foi enorme. É enorme, e vou votar a favor do projeto do Governo porque reconheço o mérito do projeto. Veja, vai haver uma discussão jurídica aqui: se poderia ou não uma lei ordinária revogar lei complementar. A nossa Lei Orgânica diz que os códigos precisam ser elaborados via lei complementar, o Código de Posturas proíbe o transporte de animais, portanto é mais lógico. Estou aqui relatando um parecer da Diretoria Legislativa, que embasa a questão. Está aqui no nosso projeto. O senhor pode se inscrever e usar o tempo aqui, os cinco minutos para rebater alguma...

**O Sr. Rodrigo Maroni:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu não tenho tempo, só queria fazer um aparte. A única coisa que eu queria pedir para o senhor é com relação ao termo “repugnante”, porque eu acho que nada que é diferente da gente tem que ser considerado repugnante. Tu podes ter uma opinião diversa, e ser diferente de ti não significa ser repugnante. A gente tem que respeitar. É a primeira lei da natureza, Marcelo, ser diferente. E eu tenho uma opinião diferente da tua, mesmo que tu avalies contraditória, isso não pode ser repugnante. Eu te respeito, eu te admiro da forma que tu és.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** O senhor contextualiza. Quando eu digo que é repugnante, é pelos métodos e pela falácia utilizados, como dizer que retirar o quórum é um problema tão grave quanto votar contra um projeto de lei; e agora votará a favor. Se o senhor votar contra o projeto de lei do Executivo terá coerência, mas eu acredito que votará a favor. Eu votarei a favor porque tenho coerência. Essa é a diferença.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

---

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu venho discutir a matéria, mas, em primeiro lugar, Ver. Sgarbossa, eu gostaria de cumprimentá-lo pela delicadeza e pelo nível político com que sempre o senhor tratou este tema e o próprio Executivo. Isso foi demonstrado agora, quando veio à tribuna e disse esperar que o projeto do Executivo seja aprovado nesta Casa. Então eu quero cumprimentá-lo, porque as relações políticas devem ser assim, independentemente de estarmos na oposição ou na situação. Quando um Vereador tem uma atitude como essa, eu acho que engrandece a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Qual é a questão de fundo em relação ao seu projeto e ao projeto do Executivo, que chegou depois? É a discussão de fundo da independência e autonomia dos Poderes. Eu creio que o povo de Porto Alegre deve ficar cada vez mais atento – e esta tribuna nos permite dialogar com o povo de Porto Alegre – ao significado da democracia, da independência e da autonomia dos Poderes, porque a democracia não pode ser entendida, a democracia que precisamos no atual estágio da vida e da luta democrática do nosso País, como a ditadura da maioria. O histórico sobre este projeto é muito simples, todos nós sabemos, e o povo de Porto Alegre tem que saber: o Ver. Sgarbossa apresentou, aqui nesta Câmara, o primeiro projeto; o projeto do Executivo veio depois, e, nele, foram apostas as emendas da Ver.<sup>a</sup> Lourdes, do Ver. Janta e do próprio Ver. Sgarbossa. O projeto era juridicamente correto, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e o projeto foi derrotado nesta Casa. Qual é a consequência? Perde o Legislativo! Perde o Legislativo porque não foram respeitadas a independência e a autonomia dos Poderes. Perde o nosso Legislativo quando ele mesmo se submete ao não respeito à autonomia dos Poderes. Aqui, não foi debatido o mérito! Nós temos que dizer, porque a população tem que saber que nós temos que debater o mérito, que é meritório o projeto! Aqui, foi uma disputa entre o Governo e a Câmara! Perde a sociedade, porque não se discutiu um projeto importante. O que aconteceu com relação a esse projeto? Demarcação pela Prefeitura de posição, porque tem maioria nesta Casa; diz respeito a um projeto correto e importante desta Câmara Municipal, de autoria do Ver. Sgarbossa. Acho que o Prefeito copiou o projeto e veio demarcar com esta Casa, na tentativa, inclusive, de se recompor das derrotas que teve nesta Casa em relação aos vetos. Jogou com a vontade popular dos interesses da Cidade, demonstração de força e de ação da máquina pública para levantar políticas do Prefeito. Se este Parlamento, que

---

rejeitou o projeto do Ver. Sgarbossa, não aprovar, como o próprio Vereador diz, o projeto do Governo... E vai aprovar, porque o Governo tem maioria.

Agora, eu queria finalizar, Ver. Sgarbossa, nós vimos isso como uma disputa com a qual não concordamos, porque coloca um Poder em supremacia sobre o outro. Eu estava aqui ontem e votei com o senhor. Esse projeto deve ser aprovado conforme a sua solicitação, e é aí que entra a altura da política que o senhor faz e que nós procuramos fazer aqui, nesta Casa. É um projeto que deve sair daqui reconhecido pela população de Porto Alegre como a “Lei Sgarbossa”. É dessa maneira que o PCdoB vai chamar, porque a lei é sua, o senhor teve a iniciativa, articulou conosco, conversou com a sociedade. A lei era correta! Foi uma demonstração de disputa de forças com esta Casa, o que não é meritório, e o povo de Porto Alegre merece uma política em outra altura. Então, esse projeto, para mim, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, Líder do PCdoB, sai desta Casa aprovado, conforme V. Exa. pediu – eu vou votar –, com a denominação política, histórica, democrática de “Lei Sgarbossa”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, mais um vez se repetem apresentações de projetos que se igualam às iniciativas dos colegas Vereadores. O Ver. Sgarbossa, que não é do meu partido, está tentando auxiliar a nossa causa e apresentou um projeto. Eu achei uma grande injustiça apresentar um projeto semelhante meses depois. Se eu passivamente concordar e aceitar, talvez eu seja a próxima a ter outro projeto igual ou esquecer a ética, o rolo compressor que muitos governos imprimem sobre o Legislativo.

Eu li no jornal, e acho oportuníssima a proposta do Ver. Bernardino que trata da prejudicialidade. Se para nós, Vereadores, vale o que primeiro ingressa nos registros do Protocolo, tem que valer também para o Executivo. Quero cumprimentar o Ver. Bernardino, que está levando adiante essa proposta. Trabalhamos com os eleitores e com demandas que chegam ao nosso gabinete, despendemos horas com os nossos

---

assessores e, de repente, aparece outro projeto que humilha o nosso trabalho? A Câmara perde o seu Poder de independência!

O Executivo apresenta um projeto para transporte de animais em ônibus; ônibus velhos, sim, que não cumprem horários, eles se atrasam; as pessoas vêm em ônibus superlotados, ficam como sardinhas, e vamos entrar com o animalzinho para levá-lo ao médico! A mesma Administração informa, publicamente, como uma vitória, que entrou com uma ADIn contra a colocação de ar-condicionado nos ônibus. Mas, meu Deus! Ar-condicionado em ônibus é o mínimo que se pode ter nos dias de calor, no inverno, para aquelas pessoas que viajam, porque Porto Alegre é grande! Quem sai do Extremo-Sul, quem sai do Sarandi anda muito de ônibus. Nós somos privilegiados, a maioria daqui anda de carro.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.<sup>a</sup> Lourdes, volto a fazer aquela colocação baseada na emenda que V. Exa. apresentou. Como nós vamos saber se esses animais não estão doentes? Daqui a pouco um animal desses, num longo trajeto, da Restinga ao centro da Cidade, estará vomitando, defecando, dentro do ônibus. Daqui a pouco nós vamos ter dificuldades. Quem vai fazer isso? O motorista ou o cobrador, que já trabalham com agressões, com dificuldades, eles é que vão fazer essa avaliação? Acho que estamos deixando de ter uma coisa muito importante, que é o bom senso. Nós estamos deixando de ter bom senso e estamos partindo para uma seara em que nós, realmente, vamos estar prejudicando o atendimento de muitas pessoas. A ideia é meritória, sem dúvida nenhuma é meritória, mas a operação dela é infactível.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Ver. Dr. Thiago, entendo a sua preocupação como médico, preocupado com doenças. Nós queremos minimizar os problemas das pessoas que precisam transportar animais, mas, se tivesse uma descentralização, um convênio com clínicas em pontos da Cidade, de acordo até com as regiões do Orçamento Participativo, por que não? Esses atendimentos, mediante autorização, já funcionam em outras cidades, não trariam problemas àquelas pessoas que não têm condições de transportarem os seus animais, mesmo porque o custo é elevado. Então, tem saída. Mas eu entendo a sua preocupação de todos esses transtornos que poderão ocorrer no trajeto, porque, como eu disse antes, nós temos uma frota velha e que ainda não cumpre horário,

---

---

e o que poderia refrigerar não... Isso é luxo para a população. Então, essa mesma administração tem a ousadia de apresentar um projeto igual a um tramitando aqui na Câmara. Eu não posso concordar com essa atitude, porque isso fere qualquer um. Também quero ressaltar que essas vaidades não levam a nada! No momento em que a lei sai, termina o nome e acaba sendo uma lei e um número. Vejam o que aconteceu na Assembleia ontem: uma discussão de um projeto que não necessitava ter entrado, neste momento, em pauta, porque o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu uma ação de inconstitucionalidade, desde 2007. Foi apresentado um projeto por vaidade, por mídia para combater uma religião. Todos nós sabemos que religião é assegurada pela Constituição, é cláusula pétrea. Agora, não podemos deixar o animal agonizando à vista de qualquer um. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu não venho aqui falar do mérito do projeto, não venho falar da emenda que eu apresentei, eu venho falar da questão do Regimento da Casa. Por que não se muda o Regimento da Casa? Nós temos aqui hoje, fazendo parte do plenário conosco, o Ver. Dr. Thiago e o Ver. Professor Garcia, que já foram Presidentes desta Casa por um período; e temos outras Legislaturas. Por que não se muda o Regimento da Casa? Eu já vi vários projetos de Vereadores serem rejeitados desde que estou aqui, nesses dois anos e pouco. Já vi projetos do Ver. Dr. Thiago, do Ver. Delegado Cleiton serem rejeitados só para não dar a autoria a eles. Vários projetos de vários Vereadores. E esse do Marcelo é um exemplo: o Executivo entra com um projeto igual, semelhante, as emendas são iguais, semelhantes. Então, eu acho que é o momento da Casa, da Mesa e dos Líderes desta Casa se reunirem e mudarem o Regimento da Casa. Se, para o Vereador o que vale é o que foi protocolado primeiro, já foi dito pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes isso aqui, o que vale é o protocolado primeiro, e se discute isso quando os Vereadores têm o mesmo projeto, têm a mesma ideia, os Vereadores chegam a discutir isso, eu acho que, para o Executivo, também tem que valer isso. O Executivo tem sua Bancada, sua Liderança aqui, por que o Executivo

---

não cumpre o mesmo trâmite que nós, Vereadores, cumprimos nesta Casa? Por que tem que se dar a autoria de projetos importantes? Esse é um projeto sobre o qual eu continuo tendo minhas dúvidas, porque ele não prevê que se traga a água e a ração do animal. O Ver. Dr. Thiago usa um exemplo: como é que esse animal vai vir do Extremo-Sul até o Centro sem ração e sem água? Também se discute tanto essa questão do pequeno e do médio porte, dizem que é a caixa que vai determinar o tamanho, o peso do animal. Eu não atuo nessa área, sinceramente, eu não entendo. Quando vi as fotos do ônibus, o que eu vi foi que a caixa ocupa quase dois lugares, o que eu vi foi isso. E foi isso que me levou a apresentar a emenda que proíbe o transporte de animais no horário de pico dentro dos ônibus, pois as pessoas estão indo trabalhar, e mal dá para as pessoas conseguirem andar nos ônibus em Porto Alegre. Hoje em dia, o transporte coletivo de Porto Alegre mal consegue resolver o problema das pessoas – não só o de Porto Alegre, o da Região Metropolitana também. Ontem, nós tivemos um problema no Trensurb, e se viam filas intermináveis nos ônibus que levam em direção a Canoas, Esteio, Sapucaia. Então, eu acho que nós temos que discutir aqui o Regimento da Casa, que prevaleça o projeto que entre primeiro, eu acho que isso é que está faltando. Não adianta nós discutirmos o mérito. O próprio Ver. Marcelo disse que votará a favor do projeto do Governo, que é igual ao seu, porque ele acredita no mérito. E eu já vi Vereadores aqui fazerem isso, votarem no projeto porque acreditam no que estão defendendo, votarem no mérito por acreditarem no que estão defendendo. Então, Marcelo, tu não foste o primeiro com quem aconteceu isso. Aconteceu com o Cleiton, com o Thiago, com o Bernardino, com a Lourdes, com o Valter, com a Sofia, aconteceu com vários membros desta Casa de o Vereador ter o seu projeto, e o Executivo entrar com um projeto. Eu acho que o que temos que mudar é o Regimento desta Casa. Eu acho que falta coragem nossa para mudar o Regimento da Casa. Não adianta ficarmos só no microfone aqui chorando: quem entrou, quem não entrou. Eu acho que nós temos que mudar o Regimento! E o Regimento tem que ser bem claro! Se o Executivo entrou primeiro, vale o do Executivo; se o Vereador entrou primeiro, vale o do Vereador! O Executivo só pode entrar com o projeto um ano depois e se tiver as assinaturas, como determina o nosso Regimento! Se um projeto nosso foi reprovado, nós temos que ter 12 assinaturas para entrar com o projeto no mesmo ano. Eu acho que é isso que falta. Com força, fé e solidariedade, nós vamos

---

melhorar o andamento desta Casa e aprovar leis para ajudar o povo! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13, por cedência do Ver. Tarciso Flecha Negra.

**O SR. DR. THIAGO:** Caro Presidente, caros colegas Vereadores e Vereadoras; como a Ver.<sup>a</sup> Jussara falou, tem se discutido pouco o mérito desse projeto, tem se discutido essas questões que, fazendo *mea culpa*, esta Casa também tem culpa de já não ter avançado neste projeto da prejudicialidade. Discutindo um pouco o mérito dos projetos que são meritórios no mundo ideal – no mundo ideal, eles são meritórios –, eu gostaria de fazer algumas colocações, artigo por artigo, Ver. Villela. Por exemplo: o projeto exige a apresentação de uma carteira de vacinação do animal, mas não diz que ela tem que estar em dia nem quem deve recebê-la. Todos os demais passageiros do coletivo, a quem de fato interessa isso, eles terão acesso a essas informações? O animal – volto a dizer – pode estar com essa carteira em dia, pode estar, em princípio, inclusive, até bem de saúde, mas ele pode não tolerar a viagem de ônibus e acabar vomitando, defecando dentro do ônibus. Isso não vai estar indo contra a liberdade individual de cada uma daquelas pessoas, daqueles outros passageiros, Ver. Pujol, que estão dentro do coletivo? Não vai estar indo contra a liberdade individual de cada um? Esta Casa já aprovou uma lei do Ver. Mario Fraga impossibilitando, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, de se ouvir música no ônibus a não ser que fosse com fones de ouvido, isso foi aprovado há um ano e meio. Agora nós estamos colocando animais dentro do ônibus. Ônibus que, muitas vezes, é um local onde se acaba tendo litígios, se acaba tendo diferenças. Os motoristas e os cobradores são uns verdadeiros heróis, acabam apartando essas brigas nos ônibus. Imaginem com um animal ali! Às vezes, um animal latindo, um animal irrequieto dentro do coletivo percorrendo uma longa distância: da Restinga até o Centro da Cidade, por exemplo. Outra coisa: foi dito aí, tem nas redes sociais: “Mas é para levar os animais nos veterinários”. O animal, quando vai ao veterinário, muitas das vezes, vai doente! E aí ele vai doente dentro do ônibus? Porto Alegre é uma cidade do Brasil onde mais tem casos



de toxoplasmose, é perigoso, principalmente, no caso das gestantes. Como é que vamos fazer esse bloqueio?

Eu acho que a ideia é meritória, essa ideia de poder se ter, cada vez mais perto e mais presente, o convívio com animais de estimação me cativa. Eu tenho animais de estimação, todos nós temos, mas é importante se ver se esse processo é factível. Eu, quando me posicionei aqui a respeito do projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, já colocava essas dificuldades. Nós não temos, muitas vezes, transporte coletivo para a população.

Ver. Reginaldo Pujol, nós, há seis meses viemos conversando com a EPTC sobre a modificação da linha do ônibus A-19 para que passe não na frente do Terra Ville, mas atrás do Terra Ville, possibilitando que a comunidade de Belém Novo possa ter acesso ao hospital, e a justificativa técnica que nos é dada é de que não há ônibus suficientes. Então, não há ônibus suficientes para as pessoas irem com mais conforto. Se tivéssemos atingido este patamar, poderíamos até discutir este tipo de projeto, mas não temos isso. Então, acho muito complicado este tipo de projeto, não no seu mérito, não na sua ideia, não na sua essência, mas na vida real, na vida prática – muito complicado.

Eu acho que é importante que possamos sopesar isso nos nossos pensamentos, ver os *e-mails* que a sociedade tem nos mandado, como este: “A lei pode ser excelente e até meritória para situações específicas, mas existem diversas prerrogativas que não se tem na prática”. E, é claro que, para tornar esta lei ativa, nós podemos estar mexendo nos direitos individuais daquelas pessoas que, muitas vezes, podem ser maioria, podem ser minoria – eu não sei exatamente quantas são –, que vão ser assoladas por esses inconvenientes.

Temos que pensar muito bem, e, para mim, a melhor lei é a do Ver. Paulinho Motorista, que é o bom-senso – esta é a melhor lei.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o debate continua, de segunda-feira para hoje, a respeito do mesmo tema. E eu quero aqui tratar, primeiro, da questão do método; e, em segundo lugar, do conteúdo. Venho com

---

muita tranquilidade dizer aqui que, hoje, eu e minha bancada votaremos favoravelmente ao projeto-cópia. Este é o projeto-cópia; o projeto original e verdadeiro foi derrotado na segunda-feira. Mas nós votaremos a favor deste porque não estaremos fazendo um voto de mesquinaria política, nós estaremos fazendo um voto por seu conteúdo, porque aqueles que votaram contra o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa votaram com a mesquinaria política para derrotar o projeto original porque era de um autor em detrimento da cópia que aqui está, que é de autoria do Governo.

Quero dizer que votaremos favoravelmente a este projeto porque estamos votando no conteúdo, porque acreditamos que o conteúdo é bom para a cidade de Porto Alegre. E esta é uma Casa política, não se tem que ter medo de dizer aqui o que se pensa, o que se analisa e se entende que é correto na política. Estou falando isso porque entendo que é correto na política, porque o Governo e aqueles que votaram contra o projeto original tinham que ter vergonha, sim, de dizer que o trabalho dos Vereadores que têm ideias, que trabalham corretamente e que têm propostas tem que ser derrotado porque é do A, do B ou do C. Eu já votei favoravelmente a projeto do Ver. Reginaldo Pujol porque era bom para a Cidade; já votei em projeto do Ver. Mario Manfro porque era bom para a Cidade; já votei em projeto do Ver. Professor Garcia porque era bom para a Cidade; já votei em projeto da Ver.<sup>a</sup> Séfora Mota porque era bom para a Cidade; já votei em projeto do Ver. Villela porque era bom para a Cidade; já votei em projeto do Ver. Nereu porque era bom para a Cidade; já votei em projeto do Ver. Tarciso Flecha Negra porque era bom para a Cidade; já votei favoravelmente a projeto do Ver. Brum porque era bom para a Cidade; já votei em projetos dos Vereadores Sabino, Janta, Kevin Krieger e Ferronato. Ajudamos a derrubar um veto apostado a um projeto do Ver. Dr. Thiago porque acreditamos no seu conteúdo quando trouxe um projeto de uma política para os celíacos na cidade de Porto Alegre, independentemente da divergência que o Thiago tem comigo, aqui nesta tribuna. Política não se faz com o ódio das pessoas; política se faz com temas, com conteúdos, com propostas, e é isso que nós estamos discutindo aqui.

Nós votaremos favoravelmente ao conteúdo desse projeto, Ver.<sup>a</sup> Séfora, mesmo sabendo que esse é a cópia, não é o original, não é o legítimo – esta Casa sabe. Agora eu quero ver os Vereadores que votaram contra o outro projeto – você, Maroni, que votou contra – votarem contra esse aqui também. Se votaram contra, devem ter feito isso por causa do conteúdo, e é o mesmo conteúdo, porque esse é a cópia. É isso que estamos discutindo

---

aqui. Esta Casa tem que ter dignidade nas suas posturas, e, neste caso, faltou dignidade na política, porque, apoiados num Regimento, não podemos dizer que não vale o trabalho de um colega Vereador, seja da oposição, seja da situação; valem, sim, os projetos. Esta discussão já foi trazida por alguns aqui, inclusive pelo Janta e pelo Bernardino, que tem que se mudar o Regimento, portanto vamos proceder à mudança do Regimento.

Essa é a posição que a nossa bancada discutiu, adotou sob a ótica de que nós não podemos votar na lógica do ódio, mas temos que votar no conteúdo para a Cidade.

**O Sr. Rodrigo Maroni:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço ao Ver. Comassetto pelo aparte. Vereador, eu já vi tu defenderes incondicionalmente o Governo da Dilma – que não sou contra, inclusive aqui não estou fazendo uma crítica; já te vi defender, por ser o teu Governo. Com relação ao voto, se é inconstitucional, se tem problema, como vais votar a favor? Estou vendo tu fazeres campanha aqui para votar contra! Se tu queres que seja aprovado, de fato, de verdade, de coração, não podes pedir voto contra. Estás dizendo aqui: “Quero ver vocês votarem contra!” Se queres voto a favor, pede votos a favor, entendeu?

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Maroni, eu venho aqui, com dignidade, dizer o seguinte: votei a favor do projeto...

**O Sr. Rodrigo Maroni:** Sim, mas...

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Não estou mais lhe dando aparte, porque já venceu meu tempo. Eu votei no projeto original a favor e votarei neste também a favor, porque acredito que a cópia reproduz o conteúdo que foi rejeitado por muitos. Agora, quem votou contra no primeiro, se for pelo conteúdo, tem que votar contra neste também. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores...

**O Sr. Rodrigo Maroni:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ferronato, meu parceiro, hoje, de discussão na Guaíba. Eu queria continuar, para a gente poder conversar, Comassetto. Depois, se tu quiseres. A única questão que eu acho importante é a seguinte: se não é um debate de vaidade, Comassetto – e eu acredito que não seja –, não teria problema votarmos o projeto da SEDA. Tem que se fazer campanha para que chegue a política na população. Isso é o fundamental. Não se combate vaidade com vaidade, como não se combate ódio com ódio. Se estiver acima do bem e do mal aqui, tu vais estar favorável, feliz a que as pessoas votem a favor e não, contra.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Agradeço o aparte do Ver. Maroni. Eu não ia falar, mas rapidamente tenho até o dever de dizer algumas coisas, até em razão do que diz o Ver. Comassetto e exatamente o aparte do Ver. Maroni.

Como o Vereador quer aprovar um projeto que tem minoria, que tem inclusive o partido dele como um dos autores e vem pedir para votarmos contra? Impossível, eu nunca tinha visto isso! E estou velho aqui na Câmara, até desgastado pelo tempo. Não é possível! Então, Vereador, vamos votar favoravelmente ao projeto.

Sobre a questão do problema jurídico ou não, eu conversei com o Executivo, e a orientação que me foi passada é a seguinte: pode ser mediante lei ordinária. Portanto, a questão jurídica me parece que está ultrapassada. O projeto é bom, votamos favorável ao projeto.

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ferronato. O senhor não ouviu talvez a minha fala nos detalhes. Eu fui à tribuna dizer que nós do PT e a nossa bancada votaremos favoravelmente ao projeto, porque estamos votando no seu conteúdo.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Eu ouvi.

**O Sr. Engº Comassetto:** Só que o conteúdo, esse da cópia que nós estamos hoje aprovando, é igual ao conteúdo do original, que foi derrotado na semana passada. Se o original foi derrotado, quem votou contra o original, certamente, vai votar contra hoje.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** É bom, é bom, que o cidadão de Porto Alegre ouça essa sua manifestação. V. Exa. reitera por diversas vezes que aquele que votou contrário ao primeiro vote contrário ao segundo. Na verdade, a idéia é não querer a aprovação do projeto. Nós vamos aprovar, com o voto de V. Exa. inclusive, que é um grande voto.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Conheço sua trajetória de pessoa séria, competente, um grande auditor, meu colega. O senhor, como Líder do Governo, deve deixar registrado para a população – isso aconteceu com um colega que é de outro partido e pode acontecer novamente comigo ou com outro – que este projeto é uma cópia do anterior. Então, quero deixar registrado: este projeto é uma cópia, Sr. Vereador.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Minha cara, Vereadora, não é cópia. Se fosse cópia, o Ver. Marcelo não faria emendas. Ele fez emendas porque não é cópia.

**O Sr. Carlos Casartelli:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para lembrar que na Sessão anterior foi tirado o quórum, exatamente para que nós pudéssemos ter mais um tempo para pensar com relação ao conteúdo do projeto. Então, acho que nós tivemos esse tempo, e quem votou contra o projeto não quer dizer que possa votar sim hoje. Nós tivemos tempo para pensar um pouco mais, pela retirada do quórum.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Até foi bom para nós a retirada, é verdade.

**O Sr. Nereu D'Avila:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O que não está sendo dito, não sei por que, é o seguinte: entre duas situações idênticas, por que eu vou ficar com quem sempre é contra o que eu defendo, o Governo que eu estou, se são idênticos? Por que eu vou ficar com quem é contra, se eu quero ficar com quem é a favor de mim e do que eu penso, que é o meu Governo? Então, quero dizer que eu estou votando no mérito e sou muito claro. É que as pessoas não querem dizer a verdade

---

objetiva. Entre duas coisas iguais, eu voto com quem me apoia e com quem eu sou, e não com quem é meu inimigo.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Feito o registro, mais um argumento. Um abraço, obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Engº Comassetto:** Sr. Presidente, eu só quero dizer que a discussão é o projeto original versus o projeto pirata.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Sefora Gomes Mota.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Os Vereadores falam se é caso de pirataria, se é caso de xerox, se é caso de cópia, mas acho que temos que aproveitar para dar um salto institucional: isso faz parte da democracia, amadurecer o posicionamento das instituições. E quando eu digo isso – não tenho posição, como o Ver. Nereu, que disse que só advogado poderia ser Vereador, apesar de ser advogado também –, quero dizer o seguinte: a Lei Orgânica do Município, nossa miniconstituição na esfera federativa, diz que, e essa é a posição do STF, pode ser por lei complementar aquilo que a Constituição ou a Lei Orgânica dizem que tem que ser por lei complementar. E não tem em nossa Lei Orgânica nada dizendo que tratar de questão animal é por lei complementar. Essa é a tese, provavelmente, do Governo. Não sei se consegui me fazer entender. É por lei complementar aquilo que a Lei Orgânica, a Constituição Federal ou a Constituição Estadual dizem que deve ser tratado como lei complementar; logicamente a questão animal não é algo que precisa ser tratado como lei complementar. Pois bem, essa é a tese do Governo. Ao aprovar a lei do Executivo, estaremos nos filiando a essa tese. O que tem de contrário a essa tese, que é a tese a que nos filiamos? É toda uma outra lógica que parte do fato de que, em 1975, o Código de Posturas, lei complementar, disse que é proibido transporte de animais no transporte coletivo. A nossa Lei Orgânica diz que os códigos têm que ser feitos via lei complementar. Código de Posturas é, logicamente, um código. E a Lei Complementar nº 694, se não me engano... Estou repetindo aqui o argumento, e quero informar que farei uma consulta à CCJ porque é o momento do salto

---

---

institucional. Lei Complementar nº 694, de maio de 2012, que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição e circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga a legislação sobre o tema, ou seja, é uma legislação a Lei Complementar nº 694, que trata da questão animal em Porto Alegre: criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção. Portanto, se é uma lei complementar, é ali que nós devemos fazer mudanças. Isso está em consonância com outra lei complementar, a LC nº 611, de autoria da Mesa Diretora e do Poder Executivo, que diz que as matérias não podem ser tratadas em dois lugares diferentes. Então, o nosso projeto, que foi derrubado, é totalmente coerente com essa lógica, totalmente coerente, não vai tratar nessa lei complementar, na LC nº 694, que trata da questão dos animais. Então, vou fazer aqui uma consulta à CCJ formalmente; isso não obsta a tramitação do projeto de lei aprovado, que deverá ser aprovado em seguida, mas é para nós fazermos um salto institucional. Não pode o Executivo, num momento, dizer... Por que, senão, vejam, qual é o precedente que se cria: existem leis complementares em vigor, e nós protocolamos aqui leis ordinárias para tramitarem, para revogar leis complementares. É essa a posição que se vai tomar se for aprovado o projeto.

**O Sr. Nereu D'Avila:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Juridicamente, eu acho que V. Exa. está coberto de razão, absolutamente com razão, e acho até o seguinte, que, se for aprovado o projeto, o que acho que vai ser, ele fica frágil juridicamente. Por quê? Porque houve dois pesos e duas medidas com dois projetos iguais. Creio que V. Exa. tenha razão. E aí, qualquer Desembargador já dá liminarmente a anulação da futura lei.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Ver. Nereu, como eu falei aqui, eu comecei colocando a tese que abriga a possibilidade de esta lei, que aprovaremos, ser vigente, ser juridicamente válida. É a tese que diz que...O que é lei complementar? Aquilo que a Constituição Federal, Constituição Estadual ou a Lei Orgânica, no caso, o Município, dizem que deve ser tratado como lei complementar. E logicamente na nossa lei orgânica não diz que a questão animal tem que ser tratada por lei complementar. Diz que os códigos, sim. Portanto, se nós formos fazer um código de defesa dos animais ou qualquer legislação que se refira e tenha conteúdo de código, tem que ser via lei complementar.

---

Então, nós encaminharemos aqui uma consulta jurídica à CCJ para que a Câmara tenha um posicionamento e tenha uma padronização na forma de fazer, de promulgar as suas leis aqui da Câmara mesmo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 027/13.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a ampla discussão a respeito desse projeto de lei, com o apelido de cópia, enfim, a descaracterização que se procura fazer do mesmo, não esconde um fato que tem, repetidamente, sido praticado nesse plenário. Eu honestamente quero fazer um apelo aos colegas, indistintamente das suas posições políticas, para procurar pensar melhor a respeito disso. Quem acredita que alguém mude de voto pelos discursos aqui da tribuna, Ver.<sup>a</sup> Séfora, está cometendo um grave erro. É parte do pressuposto que as pessoas venham aqui para a Câmara e que não leram os projetos antes, que não procuraram se esclarecer. Numa situação de uma emenda de última hora apresentada no projeto, pode ser que algumas alterações ocorram, Vereador, mas em condições normais não vão ocorrer. Então ficar aqui na tribuna fazendo cobrança, meu caro Ver. Comassetto, no estilo que V. Exa. fez, pedindo coerência; ora, é o pressuposto de que coerente neste Brasil só é o seu partido. Eu poderia até dizer, me prevalecendo numa situação clara, no presente momento, que o seu partido, hoje, é a própria incoerência nacional, mas não vou fazer isso, não vou porque iria cometer o mesmo erro que estou criticando. Então, ninguém vai, de jeito nenhum, capitanear o meu voto. Como disse muito bem o nosso novo colega, que há bem pouco estava na Secretaria da Saúde e hoje está aqui junto conosco, o Casartelli, deram tempo para pensar; se alguém tinha uma posição e mudou, vai ser agora aqui questionado? Olha tu não podes votar a favor disso, porque votou o outro de forma diversa. Ora, o ex-Vereador Pedro Américo Leal dizia o seguinte: voto não se explica, se assume. Os meus votos são assumidos, e quero até dizer com toda a clareza que este tipo de jogo, não sei com relação aos demais colegas, mas com relação a mim, toda vez que eu sou cobrado nas minhas posições, eu fico mais fortalecido nas minhas posições, porque não vou precisar receber lições de como é que eu vou me

---

pág. 40



---

comportar nessa Casa. Ver.<sup>a</sup> Sofia, quando o seu partido era Governo e eu era da oposição, era muitas vezes acusado pelos meus colegas de ser auxiliar do PT, por ter decidido várias votações a favor do PT, a favor do Governo, porque, sim, eu entendi de fazê-lo na ocasião. Então, vamos parar por aí, está havendo um clima horrível nesta Casa. Não há dia em que não esteja algum colega às rugas com outro. Isso não leva a coisa nenhuma.

Olha, essa matéria está mais do que conhecida, há discussão sobre a precedência, se o ovo veio antes da galinha ou a galinha veio antes do ovo, não é o que nós vamos deliberar e decidir nessa hora. Vamos logo votar esse projeto, cada um vote na conformidade daquilo que entende que tem que votar, e não seja cobrado, porque a cobrança não tem pertinência numa Casa Legislativa, Vereadores, Deputados, Senadores, enfim, aqueles que têm mandato popular têm consciência, posição política e nela situam as suas posições, entre os quais, eu me incluo, modestamente, há 40 anos de vida pública que faço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, a Emenda nº 01 ao PLE nº 027/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

**REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, a Emenda nº 02 ao PLE nº 027/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, o PLE nº 027/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Em votação Requerimento nº 012/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 012/15, como autor.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas, novamente. Na verdade, não sou o autor, é uma moção proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, e não vou ocupar todo o tempo. É uma Moção de Apoio justamente à proposta de Emenda Constitucional nº 590, de 2006. Há nove anos, já tramita no Congresso Nacional, que é justamente isso: garantir, como o próprio texto do parágrafo da Moção de Apoio diz, que propõe nova redação ao § 1º do art. 58, da Constituição Federal, visando assegurar a

---

representação proporcional dos partidos políticos e a representação proporcional de cada sexo dos integrantes da Casa Legislativa. Ou seja, em todas as comissões, qualquer tipo de comissões, temporárias ou permanentes, sempre que possível, ter a participação paritária de homens e mulheres. Isso, de uma certa forma, já é obedecido pelos partidos. Sabemos que apenas 9% das mulheres ocupam cadeiras no Congresso Nacional, isso mostra uma sub-representação das mulheres. E os nossos partidos, em geral, deveriam ter políticas mais decididas e não simplesmente colocar candidatas mulheres aos 45 minutos do segundo tempo, sem nenhuma condição financeira, sem nenhuma estrutura, sem nenhum preparo. Muitas mulheres ainda se colocam à disposição dos partidos para colocar os seus nomes como candidatas, quando praticamente estão prestes a fechar o prazo das inscrições das candidaturas. E, logicamente, elas não têm nenhum tipo de condições competitivas com os homens que competem e já se preparam há mais tempo. Estou dizendo isso, para dizer que é um esforço de toda a democracia, de toda a sociedade brasileira e de todos os partidos. Temos já aí uma eleição para o ano que vem, então, desde já, os partidos já deveriam fazer essas ações afirmativas, mas reais, não simplesmente simbólicas de dizerem que há mulheres em suas direções partidárias, quando, na verdade, ocupam cargos de forma, digamos assim, quase como se não fosse uma política, como deveria ser uma política do partido.

Então, pedimos o apoio para a aprovação. Gostaríamos que essa PEC fosse realmente discutida no Congresso Nacional. Talvez diferente da Câmara de Vereadores, porque nós temos aqui, uma vez por semana, a possibilidade de irmos à reunião de Líderes pautar assuntos. A Câmara Federal tem aquela questão que há uma verticalização, os temas que são pautados para discussão e para a votação têm muito da vontade e do interesse do Presidente da Câmara. Então, é direcionada ao Presidente Eduardo Cunha para que coloque em votação esse tema. Ele já se manifestou, curiosamente, logo depois de escolhido Presidente da Câmara de Deputados, e fez colocar em votação o chamado “orçamento impositivo”, a ideia de que as emendas parlamentares tenham que ser destinadas obrigatoriamente, ou seja, os Parlamentares fazendo políticas públicas, que é uma excrescência do nosso sistema.

Então, vamos aprovar aqui a moção e encaminhar ao Presidente da Câmara de Deputados para que coloque em votação, para que o Brasil discuta isso. Não sei se fiz referência no início, mas a autoria dessa PEC é da Deputada Luiza Erundina, que já foi do

---

Partido dos Trabalhadores e não é mais. Então, não tem nenhum um puxado aqui para questão partidária e, sim, para o bem da nossa democracia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 012/15.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, é preciso deixar claro que nós todos queremos a promoção, inclusive nos partidos políticos – e até por acaso sou Presidente do PDT em Porto Alegre, o que muito me honra – e nós queremos e desejamos, cada vez mais, a participação das mulheres na política, nas chapas, enfim, na situação política do Brasil, em qualquer nível, Municipal, Estadual ou Federal. Só que esse desejo precisa se consubstanciar na realidade, a realidade que elas mesmas se motivem e se mobilizem para isso, o que seria maravilhoso. Agora, querer, por lei, por decreto, para bonito, não adianta nada. Tempos atrás, era exigido o percentual de 20% de mulheres nas chapas, já havia dificuldade para preencher; agora são 30%. Alguém vem me dizer... Qual é a realidade? O próprio Partido dos Trabalhadores, que era – era! – mobilizador, aquela situação toda... Há dificuldade sim! Agora, são 30%. O que tem acontecido? A população sabe, tem acontecido que se buscam mulheres que, na verdade, emprestam seus nomes para preencher os 30% que a lei exige. Agora, o que se quer com esta moção? Queremos uma proporcionalidade obrigatória, por exemplo, na Mesa da Câmara e do Senado de representação feminina, que tem 10% ou 12% no Congresso Nacional. Eu gostaria, nós gostaríamos que houvesse 50%, como é, a realidade, até mais de 50%, da população brasileira constituída por mulheres. Mas quem não quer isso? Todos queremos, só que a realidade não responde assim. Então, quer se fazer por lei o que os fatos não comprovam. O que a Deputada Erundina quer? Tudo bem, é o nosso desejo, por que não colocam em votação? Porque aí obrigaria, só por ser mulher, a participar da Mesa Diretora. Mas elas não querem por ser mulher; elas querem por merecer!

Então, francamente, eu acho que votar situações de não realidade não adianta nada! Eu pergunto aqui: quantos Vereadores leram a justificativa do Vereador? Eu tive o cuidado de ler. Tudo bem, ele quer que se dê força para uma proposta de Emenda Constitucional da

---

Deputada Erundina para colocar uma proporcionalidade, que a realidade dos Parlamentos não coloca. Por exemplo: aqui na Mesa da Câmara, a nossa querida Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, atualmente, é membro da Mesa, mas é por mérito, é por desejo, é por uma série de circunstâncias, e não por obrigação e nem por ela ser mulher! Eu acho que, com todo respeito à Deputada Erundina e ao Ver. Marcelo Sgarbossa, não adianta fazer moção que é irreal! É irreal! Não é real! E eu falo até pesaroso, por quê? Porque nós todos queremos, cada vez mais desejamos a participação paritária, no mínimo, entre homens e mulheres em tudo! Em tudo: nos partidos, nas eleições de sindicato, em toda parte! Esse é o nosso desejo! E outra coisa: eu não estou aqui falando hoje nisso, todo mundo sabe que isso é a realidade que nós queremos! E não há nenhum Vereador aqui que pense o contrário. Agora, a moção aprovada – acho até que vai ser aprovada – vai dar força para a Deputada Erundina, só que os Deputados não vão aprovar essa PEC porque, hoje, parece que apenas 13% são mulheres na Câmara dos Deputados. Eu não lembro o percentual do Senado, mas não é um percentual alentador para os brasileiros e para as brasileiras. Não é! Nós gostaríamos que tivesse muito mais. Agora, só colocar lá nas comissões e na Mesa Diretora, por ser mulher, eu acho que nem elas querem isso! Não é o que elas desejam! Eu até fico constrangido, por quê? Porque o nosso desejo é que fosse outra a realidade no Brasil e aqui mesmo. Nós gostaríamos que, nas eleições do ano que vem, tivessem mais candidatas, enfim. E no ano que vem, as conselheiras tutelares que fossem eleitas, que têm vocação, possam concorrer. Nós queremos isso! Agora, a realidade não é bem essa. Então, para não ser contra – é muito constrangedor –, eu vou me abster, Ver. Marcelo Sgarbossa, mas deixo clara a realidade que, infelizmente, vivemos. Há um mérito, o de trazer o assunto para estimulá-las, para buscá-las, no sentido de que participem mais não só na política, mas que tenham muito mais participação na vida nacional, regional e municipal. É o nosso desejo.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 012/15.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o tema que consta nesta moção é muito importante, embora não seja ligada ao nosso

---

Município, porque extrapola as divisas. O que se observa – muito bem disse o nosso colega Ver. Nereu D'Avila, Presidente do PDT; eu sou do PMBD – é um incentivo às mulheres concorrerem. Felizmente, nós tivemos um bom trabalho nas últimas eleições, tentando incentivar as mulheres da Capital, do Interior, criamos o Fórum das Vereadoras do Estado do Rio Grande do Sul, que eu presido. Mesmo assim, na seleção, as mulheres que estão no Interior estão tão arraigadas na sua família, no seu lar que não se disponibilizam a concorrer à Deputada Estadual ou Federal. E é sempre a mesma coisa: faltam nomes. A mulher, para chegar a ocupar esses cargos, tem de se preparar, tem de ser incentivada pelo próprio partido. A cultura nós já sabemos. Numa nova geração vai ser mais usual a mulher concorrer. Hoje a mulher da minha geração não teria incentivo, não teria vontade de entrar na política. Eu confesso que também não! Eu tenho outras atividades, sempre tive e estou na política porque completei o número de mulheres, fui eleita por um segmento, por uma causa, por amigos. Estou aqui, pretendo fazer o melhor, policiar-me para atender aos coletivos que me trouxeram até aqui, para que se sintam contemplados na maior parte das minhas ações. É isso, na última hora eu acho tão degradante que se procure nomes de mulheres para completar a fila. Que bom que nós temos visto – como o Presidente do PDT, Ver. Nereu e o seu partido – partidos tentando valorizar as mulheres, chamando-as, mas esse é um trabalho que tem que ser construído e muito debatido; não é uma reunião de diretório que vai fazer com que a mulher se prepare mais. Nós temos a Fundação Ulysses Guimarães com cursos preparatórios, mas, mesmo assim, foi uma luta completar as nominatas. Nesta leva, em que faltavam nomes, eu também me candidatei à Deputada Federal e, hoje, sou a 2ª Suplente. Então, não foi tão ruim. Conheci pessoas, conheci mais o Interior, pude fazer mais amizades e venho conversando com mulheres que sinto que têm boa capacidade de desenvolver um bom trabalho para que, nas próximas eleições, ajudem o partido a ter mais nomes de expressão no segmento, porque os parlamentos são formados por segmentos; nós, aqui, representamos a Cidade nas nossas bandeiras, nas nossas atuações. Então, é isso que se busca. Neste ano, vamos trabalhar mais ainda para tentar conscientizar as mulheres, para que possamos não digo retirar os homens do processo, mas caminhar lado a lado. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 012/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu queria cumprimentar o Ver. Marcelo Sgarbossa pela Moção de Apoio. Esse combate à reprodução histórica de uma participação menor das mulheres na política e da cultura machista vem se perpetuando ao longo dos anos. Muito embora as mulheres tenham conquistado muitas coisas a partir da sua mobilização, ainda temos muito a conquistar. Cotidianamente, nós vemos que, embora sejamos uma maioria da sociedade – 51% da população é feminina –, temos uma ínfima minoria de representação nos Parlamentos. Aqui, neste momento, temos 6 de 36. Em média, temos menos de 10% de representação feminina dentro dos Parlamentos, assim como em outras esferas. Isso não é à toa. A reprodução de uma lógica de que o trabalho doméstico, o cuidado do lar, o próprio cuidado dos filhos é uma responsabilidade apenas da mulher se perpetua em muitos lugares. Muito embora muitas mulheres sejam líderes de associações comunitárias, estejam nas linhas de frente das lutas populares e sociais – e todos nós conhecemos muitas, do clube de mães, das associações dos bairros, do movimento estudantil –, as condições sociais e materiais muitas vezes impedem a participação dessas mulheres na política, seja pela ausência de uma política efetiva para garantir escolas de Educação Infantil para as crianças de zero a quatro anos, seja pela tripla jornada de trabalho das mulheres. E todas essas pautas fazem parte de uma política permanente de luta, empoderamento e emancipação; uma luta por igualdade. E luta por igualdade pressupõe recursos públicos, pressupõe que haja um investimento no sentido de garantir políticas de proteção à vida das mulheres, políticas de combate à violência sexual contra as mulheres, políticas de investimentos na educação para permitir, obviamente, a educação para as crianças, mas também é parte de uma luta das mulheres. Pressupõe políticas para combater a desigualdade salarial que ainda existe para mulheres que ocupam os mesmos cargos que os homens, chega a 30% de diferença salarial. Vejam, uma mulher negra, em comparação com um homem branco, chega a receber 60% a menos na média dos institutos de pesquisa DIEESE e IPEA.

Então, é uma lógica inaceitável que deve ser combatida com políticas públicas e com luta social. E nós vemos políticas de cortes de verbas na área social que atacam frontalmente

---

a política das mulheres, seja a política de ajuste que a Dilma está colocando, de aumento de custo de tudo e arrocho salarial, que afeta diretamente as mulheres, seja a política de terceirização que está sendo discutida agora no Congresso. Os trabalhadores tiveram que buscar no Supremo autorização para acompanhar no Congresso Nacional a votação de um projeto que diz respeito ao direito dos trabalhadores – uma política inaceitável, autoritária, ditatorial do Presidente do Congresso Nacional Eduardo Cunha, que usa a força policial para combater a luta dos trabalhadores contra um projeto de terceirização que afeta, diuturnamente, a vida das mulheres. A maior parte das terceirizadas da merenda no Município são mulheres que ficaram sem receber. Sem receber! Mulheres que ganham baixos salários e ainda ficam sem receber.

Então, quando o Sartori corta verbas e termina com a Secretaria de Política para as Mulheres, ataca a todas nós. Ao mesmo tempo, não basta ser mulher, é preciso estar do lado certo, defender um projeto de transformação que garanta, de fato, a igualdade de gênero. De qualquer maneira, ter 50% de representação, para nós, é importante no sentido de garantir essa representação das mulheres na política. Esperamos que essa representação venha junto com um programa que, de fato, garanta a emancipação das mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o Requerimento nº 012/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 9 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Dezesesseis Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h23min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, vim aqui para comentar o projeto do Executivo Municipal que dá entrada nesta Casa e propõe um conjunto de alterações no Plano Diretor em função de um projeto específico na região

---

Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre. É o PLE nº 005/15, que propõe a mudança de um regime urbanístico para a instalação de um projeto em 446 hectares. Talvez, Ver. Pujol, esse seja o maior projeto em dimensão já proposto até hoje na cidade de Porto Alegre, e é um projeto que apresenta uma característica de mudar toda uma região. Eu gostaria que a Câmara mostrasse bem de perto para que pudéssemos fazer aqui uma análise. (Mostra fotografia.) O projeto situa-se na região Extremo-Sul de Porto Alegre; essa região toda aqui é Belém Novo, e o projeto é proposto para toda essa outra região colorida. É uma região maior do que Belém Novo. É um projeto possível? Claro que é um projeto possível, mas como ele está propondo 11 regimes diferentes, eu já trago alguns questionamentos aqui, porque me debrucei sobre o projeto, li, estudei. O primeiro deles: se é uma região de 446 hectares, o projeto não propõe nenhuma via pública. Bem, eu entendo que, se vai tratar de organizar a Cidade, nós precisamos ter no mínimo algumas vias que estruturam a região, porque logo a frente tem uma estrada chamada Estrada da Boa Vista. E quem reside naquela região, para ir a Belém Novo, tem que fazer uma volta de dez, doze quilômetros. Se for numa linha reta de uma via que liga a Heitor Vieira, isso fica a menos de dois quilômetros da Cidade. Então, estou falando aqui sob esse olhar da estruturação da Cidade.

E o segundo é que ele apresenta, Ver. Reginaldo Pujol, um conjunto de macrozonas da unidade urbanística que simplesmente propõe mudança no regime atual, do patrimônio do ambiente natural, que define, a cada 2 mil metros quadrados, uma unidade habitacional, e para algumas dessas regiões propõe regime em aberto, a ser analisado no projeto. Eu entendo que deveria vir qual a sugestão do regime, para que nós possamos analisar.

Há uma terceira questão que nós precisamos discutir. Um projeto como este é um grande investimento na Cidade. Se ele é um grande investimento, ele mexe com toda uma região, são 446 hectares. E nós aprovamos há uns dois anos um outro regime urbanístico, no lado, para um projeto onde foram feitas as estações de tratamento de Belém Novo. São 500 unidades habitacionais, 500 lotes ali aprovados. Aqui, ainda não tenho o número exato de moradores, mas serão muitos. Quais são as compensações? É uma outra agenda que inclusive nós precisamos disciplinar legalmente, porque hoje, para cada projeto que entra na Prefeitura, cada Secretaria apresenta uma pauta de compensação. Quando vai para a SMED, tem a compensação relacionada à educação; na saúde, tem a compensação relacionada aos postos de saúde; na FASC, relacionada

---

pág. 48



---

aos serviços sociais; no DEP, além dos projetos de mitigação para as cheias, há os projetos de compensação. Nós precisamos tratar as compensações que contemplem a região. Quais são as prioridades da região? Então, vamos concentrar os recursos. É a escola? Então, vamos fazer escola. É posto de saúde? Vamos fazer posto de saúde. Uma das grandes dificuldades que nós estamos tendo na Cidade hoje é o transporte público. Portanto, já tem que vir junto com este debate a análise aqui da região do transporte público. Para concluir, quero dizer que fiz uma primeira leitura do projeto, é um projeto grandioso. Nós precisamos debatê-lo e entender o seu significado para a região e para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; senhoras e senhores; eu venho a esta tribuna para fazer um comentário a respeito desse projeto de autoria do Ver. Delegado Cleiton. Ele está incluindo – na lei que disciplina a Semana do Acampamento Farroupilha – a instituição chamada Sindicato dos Compositores Musicais do Estado do Rio Grande do Sul no rol das empresas que fazem parte da comissão que organiza os festejos farroupilha. Aqui, Ver. Delegado Cleiton, vai falar alguém que incluiu a EPTC para cuidar o trânsito, a Polícia Civil para estar lá dentro oficialmente e participar das reuniões, incluiu os Cavaleiros Farroupilhas, incluiu a OAB – a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do RS, incluiu a Associação do Ministério Público e, num desses projetos, por emenda de autoria do Líder do Governo, Ver. Aírto Ferronato, o Conselho Regional de Contabilidade. O Ver. Aírto Ferronato incluiu o Conselho Regional de Contabilidade. Então, nós incluimos aqui praticamente todas as instituições. Eu confesso que, quando incluí, nas vezes em que propus, foi sempre com o objetivo de instrumentalizar esse grupo; primeiro, evidentemente, para contribuir na organização do evento, mas, também, para ajudar a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, porque ali é locado o espaço, a área é pública, ali recebem dinheiro público, ali recebem dinheiro de patrocinadores, que também é verba pública, na medida em que são beneficiados pelas leis de incentivo à cultura.

---

Presidente, hoje eu posso dizer que estou desmotivado, já não acredito mais. Primeiro, em 2009, levei todo o levantamento, depois de me desgastar aqui nesta tribuna, ao Ministério Público de Contas, e resultou no que todos nós sabemos. Passaram-se os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, Vereadores, e nós estamos aguardando os documentos, as notas fiscais, os recibos para saber quem pagou e quem recebeu, e nós não estamos conseguindo, Presidente. Já nos valem aqui do nosso Regimento, me foge agora o artigo. Encaminhamos o pedido, foi reencaminhado por V. Exa., Presidente, e nós não fomos atendidos. Então, eu quero dizer ao Ver. Delegado Cleiton que vou votar com ele, com certeza, mas é chover no molhado, eles não apresentam documentos! Eles devem ter algumas dificuldades de justificar a aplicação de dinheiro público!

Sinceramente, eu pensei que era mais fácil, mas já disse na semana passada que vou, novamente, ao Ministério Público. É impossível que um dia nós não possamos ver as contas, porque tem uma lei de autoria do Ver. Oliboni, ainda da época dele, que dá um prazo de 30 dias, depois do evento, para esta Casa receber a documentação financeira – a conta-corrente, débito e crédito. Nem isso! O Regimento é claro; a Lei Orgânica é clara, dá a esta Casa o poder fiscalizatório. Não tenho mais instrumentos. Forçosamente, terei que ir novamente ao Ministério Público. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu devo ser um dos mais assíduos Parlamentares que participam deste importante momento das nossas Sessões Ordinárias, o período de discussão de Pauta, que é o primeiro contato que a Casa tem com uma série de projetos de lei, centenas de projetos de lei que, anualmente, tramitam no Parlamento Metropolitano, o Parlamento da nossa Capital.

Hoje dois assuntos mereceram atenção dos colegas que me antecederam. O primeiro deles, o Vereador-Líder do Partido dos Trabalhadores, Comassetto, faz comentários e considerações a respeito do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/15, que altera os limites da Macrozona 8, entre a Unidade de Estruturação Urbana 78 e a Unidade de Estruturação Urbana 80. É o chamado Projeto do Arado, na medida em que envolve

---

antiga propriedade da família Caldas, inteiramente preservada no projeto e sobre o qual ele apresentou judiciosas colocações que merecem a nossa atenção. Apenas – e eu tive a oportunidade de colocar para ele – que a simples apresentação do desenho da área não nos permite um raciocínio mais aprofundado. É que a área apresentada no desenho é uma área plena, única, quando, na verdade, é uma área com alterações topográficas considerável entre os quais uma elevação, um morro onde se encontra a residência da tradicional família Caldas Júnior de Porto Alegre. Numa participação em que eu estive, acredito que no ano passado ou retrasado, lá em Belém Novo, numa audiência pública, eu vi uma exposição ampla, em que dá para observar claramente que o projeto teve um critério de pluralidade e de multiutilidade, reservando algumas áreas, Vereador-Presidente, como sendo Áreas de Preservação Permanente, áreas onde não vai ser permitida a realização de construções e que ficarão integrando o condomínio, com acesso da comunidade numa verdadeira unidade ecológica dentro do conjunto, próxima do rio, próxima das bacias; outras que, para as suas características são zonas altas, se pretende um tipo de urbanização; e da mesma forma que outras tantas que não se encontram nem nas zonas mais altas nem mais baixas merecem outro tratamento urbanístico na proposta que os urbanistas que fizeram projetos nos apresentaram.

Mas o que eu quero dizer é que esse meu conhecimento superficial da matéria não me autoriza a me dar por satisfeito. Acho que esse projeto, que vai continuar tramitando aqui na discussão preliminar, vai passar por vários estágios na Casa e, em determinado momento, vai chegar na Comissão de Urbanismo, que é presidida pelo Ver. Engº Comassetto, e, nesse momento, acredito que possamos, Ver. Márcio Bins Ely, aprofundar toda a análise e todo o debate.

Da mesma forma, o Ver. Bernardino Vendruscolo faz uma manifestação a respeito do projeto de lei legislativo do Ver. Delegado Cleiton, que altera a lei que oficializa, no âmbito do Município, a Semana Farroupilha. Essa lei que oficializa no Município a Semana Farroupilha é antiga, é de minha autoria, é do século passado, lá dos anos de 1995, 1996; já foi, Ver. Cleiton, várias vezes alterada, e precisa ser novamente alterada. V. Exa. está levantando a alteração sob um ângulo que eu não vou nem discutir o mérito se o ângulo é esse, mas a lei precisa ser alterada, até por razões objetivas. Por exemplo: da comissão que o senhor quer alterar – a Câmara de Vereadores integra essa comissão –, a Câmara, sistematicamente, tem se negado a apresentar representantes, entendendo que, sendo

---

---

órgão de fiscalização do Município, não pode participar de uma comissão que define normas a serem executadas pela Administração Pública Municipal. E a outra situação amplamente clara, que tem que ser substituída, é o Ministério Público Estadual que, por razão idêntica, manifesta contrariedade em participar dessas reuniões.

Então, revisar a constituição dessa comissão se impõe por várias razões, e eu quero lhe cumprimentar, porque, provavelmente, com esse projeto que ingressa objetivando uma situação, V. Exa. vai ser o canal pelo qual ajustaremos todas as situações equivocadas ou contrariadas que existem hoje no dia a dia, no cotidiano da organização da Semana Farroupilha. E não podia vir melhor, veio de V. Exa., que, eu sou testemunha, é um participante muito ativo dos nossos acampamentos, sobre os quais quero fazer uma ressalva: são reconhecidos pelos órgãos de pesquisa como sendo a melhor das atividades desenvolvidas pelo Município durante os anos que se sucedem. Era o segundo, até o ano retrasado, e no ano passado, com a realização dos dois acampamentos, o extraordinário e o tradicional, ganhou esse reconhecimento público. É por isso, inclusive, que vou pedir autorização para o Ver. Bernardino Vendruscolo para solicitar a transcrição do seu pronunciamento para eu tentar contribuir com o mesmo para ver onde esse assunto está emperrado, já que, como ele diz, discute o mesmo desde 2009. Então nesses seis anos já era para ter apresentado algum tipo de solução definitiva. Algumas pessoas me dizem que já ofereceram e o Vereador não achou satisfatório.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, primeiramente quero lamentar que não tivemos a oportunidade para terminar a pauta de votação de vários projetos. Faz no mínimo três semanas que estamos em cima deles, alguns simples, e já poderíamos ter votado e colocado adiante algo maior para a comunidade de Porto Alegre, mas, infelizmente, não houve quórum suficiente.

Temos, na Pauta preliminar, várias ações a serem discutidas, para depois não ficarmos com pouco tempo de discussão para aprovar e, quiçá, discutir um veto ou não do Poder

---

Executivo. Mas vou me deter apenas nesse projeto singelo que me foi trazido, apesar de, como o Ver. Pujol falou, eu gostar desse acampamento e fazer parte dele. Estive no Rodeio de Porto Alegre, participei daquele acampamento; na Semana Farroupilha, participamos com um piquete, inclusive ouvimos muitas reivindicações. O Ver. Bernardino é parte essencial também – dois Vereadores participam sempre: Bernardino e o Pujol, com uma inclusão muito grande junto aqueles acampados do movimento tradicional, movimento de pessoas que se preparam o ano inteiro para aquele tempo, para aquele espaço de um mês para mostrar a cultura gaúcha. E, às vezes, alguns me questionam algumas situações, se a cultura gaúcha realmente tem a ver com todas as questões de raças e credos. Eu acho que sim, que todos nós fizemos parte desse trabalho de levantar a cultura gaúcha e levá-la ao ponto que nós gostaríamos, porque nós também ajudamos a criar e transformar esse Rio Grande.

Esse foi um pedido de parte de artistas que vieram conversar comigo, inclusive um do grupo da cultura de Porto Alegre, que espera que se vote aqui um projeto da cultura, mas esse grupo de pessoas veio aqui e me pediu que incluísse esse nome. Esse grupo participa efetivamente, é o grupo dos cantores, compositores, intérpretes da música nativista. Então, foi incluído. Quero dizer ao Ver. Bernardino que as discussões internas... E muitos, na sua maioria – e olha que são 400 piquetes –, envolvem familiares amigos. Desses 400 piquetes, vamos ver que triplica. Existe esse mesmo receio, esse mesmo problema, esse mesmo apontamento da falta de transparência no que se investe, no que se gasta e no que se quer naquele acampamento.

Nós já tivemos aqui, senhores, alguns encaminhamentos.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, só para o seu conhecimento entre tantas situações, agora há pouco, fizemos uma reunião na Comissão de Finanças desta Casa. Na ocasião, compareceu o Secretário da Cultura, o representante do MTG e da Fundação Cultural Gaúcha, que afirmaram que o Município teria recebido em torno de R\$ 300 mil. Estava ali um servidor da Fazenda que, logo em seguida, nos enviou um documento dizendo que esses valores estavam próximos de um milhão de reais. Então, é lamentável. Eu dou apoio e o cumprimento pelo projeto e pelo seu gesto, sinalizando que nós precisamos fazer alguma coisa. Obrigado, Vereador.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Então, se for para o bem de uma coletividade, da cultura, do tradicionalismo e, principalmente, para as finanças do Município, é importante que venhamos a nos unir aqui, porque somos fiscais, também é uma das nossas funções, para que exista uma verdadeira transparência nos atos. Não estou afirmando nada, até porque não tenho provas contra ninguém, mas, se ocorreu o que o Vereador falou aqui, nós temos que, no mínimo, apurar. E que se tenha uma verdadeira transparência para que esse projeto permaneça cada vez maior. Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h51min.)